



**Universidade de  
Aveiro  
2022**

Departamento de Ciências Sociais  
Políticas e do Território

**MARGARIDA  
HENRIQUES  
NASCIMENTO**

**Euroceticismo na Campanha? Análise das campanhas  
dos partidos de direita radical populista nas eleições  
europeias de 2009 a 2019**



**Universidade de  
Aveiro  
2022**

**MARGARIDA  
HENRIQUES  
NASCIMENTO**

**Euroceticismo nas Campanhas? Análise das  
campanhas dos partidos de direita radical populista nas  
eleições europeias de 2009 a 2019**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Jalali, Professor Associado c/ Agregação do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

A investigação desta dissertação foi realizada no âmbito do Projeto “Changing European Elections” (PTDC/IVC-CPO/3481/2014), financiado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, COMPETE 2020 e pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, PO Lisboa (POCI-01-0145-FEDER-016887).



**o júri**

presidente

**Prof. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva**  
Professora Auxiliar em Regime Laboral da Universidade de Aveiro

vogais

**Prof. Doutor José António Afonso Santana Pereira Santucci**  
professor Auxiliar, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

**Prof. Varqá Carlos Jalali**  
professor associado com agregação da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Agradeço à minha família, os meus pais os meus avós que me apoiaram neste caminho.

Agradeço à companheira de Aveiro, a Margarida, que sem ela estes últimos 5 anos não seriam a mesma coisa.

Agradeço aos meus amigos escuteiros, o apoio deles foi indispensável para a realização desta dissertação.

Ao Professor Doutor Carlos Jalali agradeço pela orientação neste percurso, atenção aos pormenores e conselhos.

Agradeço a mim, pela resiliência na escrita da dissertação.

**palavras-chave**

Euroceticismo; Partidos de Direita Radical Populista; Eleições Parlamento Europeu

**resumo**

O euroceticismo e os partidos de direita radical populista, encontram-se enraizados no Parlamento Europeu. Esta dissertação procura contribuir para a investigação académica dos partidos de direita radical populistas eurocéticos, analisando as campanhas eleitorais destes partidos para o Parlamento Europeu. Esta análise vai ser feita através da comparação dos diferentes países em estudo ao longo dos três anos eleitorais (2009; 2014; 2019). Os partidos analisados são: Alternativa para a Alemanha (Alemanha), Partido da Liberdade da Áustria (Áustria), Partido Popular da Dinamarca (Dinamarca), VOX (Espanha), Partido dos Finlandeses (Finlândia), Solução Grega (Grécia) e UKIP (Reino Unido).

Tendo como foco de investigação a saliência do euroceticismo nas campanhas das eleições para o Parlamento Europeu dos partidos de direita radical populista, esta análise vai utilizar os conteúdos dos materiais de campanha- tempos de antena, posters/ cartazes e comunicados de imprensa- dos partidos de direita radical populista eurocéticos disponíveis na base de dados utilizadas para este estudo. A análise final permite-nos compreender que o euroceticismo não tem vindo a aumentar.

**keywords**

Euroscepticism; Populist Radical Right Parties; European Parliament elections

**abstract**

Euroscepticism and radical populist right-wing parties are rooted in the European Parliament. This dissertation seeks to contribute to the academic research of the radical right-wing populist Eurosceptic parties, analyzing the election campaigns of these parties to the European Parliament. This analysis will be done by comparing the different countries under study over the three electoral years (2009; 2014; 2019). The parties analyzed are Alternative to Germany (Germany), Freedom Party of Austria (Austria), People's Party of Denmark (Denmark), VOX (Spain), Party of Finns (Finland), Greek Solution (Greece) and UKIP (United Kingdom). Focusing on research, the salience of Euroscepticism in the European Parliament election campaigns of populist radical right-wing parties, this analysis will use the contents of campaign materials - airtime, posters/ posters and press releases- of the Eurosceptic populist radical right-wing parties available in the database used for this study. The final analysis allows us to understand that Euroscepticism has not been increasing.

## Índice

Acrónimos.....	9
Introdução .....	11
Capítulo 1: A direita radical populista.....	13
<i>Direita Radical Populista</i> .....	14
<i>Euroceticismo</i> .....	16
Variedades do Euroceticismo.....	17
Atitudes perante a União Europeia.....	18
<i>Eleições de Segunda Ordem</i> .....	23
<i>Campanhas</i> .....	25
<i>Considerações finais</i> .....	27
Capítulo 2: Os Partidos em estudo.....	29
<i>Alemanha</i> .....	29
<i>Espanha</i> .....	32
<i>Finlândia</i> .....	34
<i>A Grécia</i> .....	35
<i>O Reino Unido</i> .....	36
<i>Áustria</i> .....	37
Capítulo 3: Objetivos, Hipóteses e Metodologia .....	39
<i>Questão de investigação e Objetivos</i> .....	39
Imigração .....	43
Crise da dívida soberana .....	44
Tratado de Maastricht.....	46
<i>Metodologia</i> .....	48
<i>Conclusões finais</i> .....	50
Capítulo 4: Euroceticismo nas campanhas? Análise dos anos de 2009; 2014 e 2019.....	51
<i>Hipótese 1</i> .....	51
<i>Hipótese 2</i> .....	56
<i>Hipótese 3</i> .....	59
Conclusão.....	61
Referências Bibliográficas.....	65
Anexos .....	79
<i>Anexo 1: Partidos em análise</i> .....	79
<i>Anexo 2: Lista de Tópicos</i> .....	0

## Índice de Tabelas

<i>Tabela 1: Tipo de Posições de partidos na Europa</i> .....	19
Tabela 2: Perspetivas de integração europeia .....	22
Tabela 3: Tipo de Euroceticismo dos Partidos em análise .....	39
Tabela 4: Número total de Material de Campanha.....	41
Tabela 5: Total de Materiais de campanha disponibilizados na base de dados.....	41
Tabela 6: Visibilidade da União Europeia. Foco Nacional e Foco Europeu .....	49
Tabela 7: Problema mais referido cruzado com a ideia geral da União Europeia em 2009 .....	52
Tabela 8: Problema mais referido cruzado com a ideia geral da União Europeia em 2014 .....	53
Tabela 9: Problema mais referido cruzado com a ideia geral da União Europeia em 2019 .....	54
Tabela 10: Referência a problema económico no ano de 2009.....	56
Tabela 11: Referência a problema económico no ano de 2014.....	57
Tabela 12: Referência a problema económico no ano de 2019.....	58
Tabela 13: Adesão dos países à União Europeia .....	59

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Papel da União Europeia na posição avocada: cultural em relação à comunidade sobre valores de liberdade e segurança.....	55
Gráfico 2: Materiais de campanha que salientam questões de soberania .....	60



## Acrónimos

AfD: Alternativa para a Alemanha

PF: Partido dos Finlandeses

PPD: Partido Popular da Dinamarca

FPÖ: Partido da Liberdade da Áustria

SG: Solução Grega



## Introdução

Os partidos de direita radical populista não são estranhos ao Parlamento Europeu. Desde as eleições europeias de 1994, a eleição realizada após a assinatura do Tratado de Maastricht, o valor mais alto de deputados pertencentes aos partidos de direita radical populista em análise, foi de 32 deputados, nas eleições europeias de 2014. Este número considerável de deputados, em 2014, levou-me a interrogar como estes partidos, sendo que alguns deles com um discurso eurocético, conseguiam resultados eleitorais consideráveis para conseguirem um lugar entre os 705 assentos do Parlamento Europeu.

O euroceticismo, que até aos anos 90 estava ligado a questões macroeconómicas, como o desemprego e a inflação, cresceu após a assinatura do tratado de Maastricht. A “União Europeia que inicialmente fora uma entidade económica” (Eichenberg & Dalton, 2007: 130). Após a assinatura do tratado “a União Europeia avançou para a integração política alargando as suas competências (...)” (Eichenberg & Dalton, 2007: 132).

Com a interrogação do primeiro parágrafo na cabeça surgiu a questão de investigação, entender se o euroceticismo é saliente nas campanhas dos partidos de direita radical populista para o Parlamento Europeu. Tendo dois grandes objetivos, analisar as campanhas dos partidos de direita radical populistas, e ainda se o euroceticismo é algo demonstrado nas campanhas.

Assim, é possível identificar dois conceitos-chave, o primeiro o Euroceticismo, e o segundo, os partidos de direita radical populista. No ano de 1998, Taggart (1998: 366) propõe uma definição de Euroceticismo “como a ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a oposição direta e irrestrita ao processo de integração europeia”. O estudo do Euroceticismo encontra-se dividido em duas áreas de estudo: as variedades do Euroceticismo e as atitudes de integração perante a União Europeia. Para este estudo, serão utilizadas as variedades do Euroceticismo, em especial olhando para os autores Taggart & Szczerbiak (2004) que dividem o Euroceticismo em dois grandes grupos, Euroceticismo Duro e Euroceticismo Brando, dividido em Euroceticismo Político e o Euroceticismo de Interesse Nacional.

Os partidos de direita radical populista rejeitam a equidade social e individual, afirmando-se como populistas. Há três características que integram a ideologia central destes partidos: o nativismo; autoritarismo e o populismo. O nativismo refere-se “à preferência pelos nativos-nascidos” (Fernandez, 2013:1); o autoritarismo referente à “submissão da autoridade, indo contra as liberdades individuais” (Britannica, 2022) e, ainda, o populismo, “é uma ideologia que considera que a sociedade é dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘os puros’ versus ‘a elite corrupta’, argumenta ainda, que a política deve ser a vontade geral das pessoas” (Mudde, 2004: 543).

Tendo como foco de investigação a saliência do euroceticismo nas campanhas das eleições para o Parlamento Europeu dos partidos de direita radical populista, esta dissertação será realizada no âmbito do projeto de investigação ‘Changing European Elections: O impacto dos resgates financeiros nas eleições para o Parlamento Europeu’. Nesta base de dados encontra-se codificados os materiais de campanha como os tempos de antena; posters e comunicados de imprensa. Desta base de dados irá ser retirada toda a informação necessária para a realização deste estudo como: os materiais de campanha, e os partidos e países em análise que são: Alternativa para a Alemanha (Alemanha), Partido da Liberdade da Áustria (Áustria), Partido Popular da Dinamarca (Dinamarca), VOX (Espanha), Partido dos Finlandeses (Finlândia), Solução Grega (Grécia) e UKIP (Reino Unido), estes são os partidos e países representados Parlamento Europeu, que se encontram presentes na base de dados.

Por fim, o presente estudo está dividido em três grandes partes: a primeira parte, a revisão da literatura, no qual vão ser explicados os seguintes conceitos: Partidos de Direita Radical Populista, Euroceticismo, Eleições de segunda ordem, e ainda, as campanhas para o Parlamento Europeu. A segunda parte onde os países partidos em análise: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia e o Reino Unido serão caracterizados, primeiramente, uma caracterização do sistema político do país e posteriormente a caracterização do(s) partido(s) desses países. Uma terceira parte onde vão ser testadas hipóteses, e por fim, a conclusão.

## Capítulo 1: A direita radical populista

Neste capítulo será trabalhada a revisão da literatura. Começando pela direita radical populista. A direita radical populista tem crescido bastante nas últimas décadas, por vários fatores como a “insatisfação social, backlash político” (Caiani & Císař, 2019: 11) e “contra as concessões extraídas por minorias étnicas e sociais” (Bustikova, 2014: 1740). O eleitorado é atraído a estes partidos pelo seu discurso nacionalista e xenófobo. Os partidos de direita radical populista têm três características: o nativismo definido, como “intensa oposição a uma minoria interna pertencente” (Duyvendak & Kesic, 2014) “o autoritarismo que se “traduz na adoção de valores e comportamentos pela sociedade, bem como a submissão à autoridade” (Tillman, 2016: 5); e por fim o populismo que é mais fundamentalmente justaposto à democracia liberal do que à democracia per se ou a qualquer outro modelo de democracia” (Mudde & Kaltwasser, 2013; 23-23) .

O segundo conceito a ser estudado é o euroceticismo. No ano de 1998, Paul Taggart (1998: 366), explica que o “euroceticismo é a ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a oposição direita e irrestrita ao processo de integração europeia”. O euroceticismo encontra-se dividido em dois grandes grupos: as variedades do Euroceticismo e as atitudes perante a integração europeia.

Na terceira parte é estudado o modelo de eleições de segunda ordem. Introduzido Reif & Schmitt, (1980: 8), “as eleições de segunda ordem incluem as eleições municipais, várias eleições regionais e ainda as eleições para a segunda câmara”. As eleições de segunda ordem têm diversas características que as distinguem das restantes: “níveis de participação mais baixos; os resultados estão relacionados com a popularidade dos partidos nacionais; os partidos que estão no governo perdem apoio nestas eleições; os partidos mais pequenos conseguem melhores resultados” (Norris & Reif, 1997). Estas eleições “permitem ao eleitor uma oportunidade para votar sinceramente em vez de “estrategicamente”” (Hix & Marsh, 2007, 496).

Por fim, as campanhas eleitorais, o período mais importante antes das eleições. As campanhas políticas pretendem “aumentar a participação eleitoral através da informação e mobilização dos eleitores” (Marquart et al., 2020: 683). As campanhas eleitorais conseguem influenciar o voto visto que estas “informam o eleitor da posição

do candidato e conseguem encontrar a sua preferência eleitoral” (Beach et al., 2017: 3). As campanhas para as eleições europeias as campanhas diferem das campanhas nacionais, porque há um “fraco entendimento do funcionamento das instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu; não conhecem os candidatos e não conhecerem os grupos políticos europeus” (Reif & Schmitt, 1980: 9).

## **Direita Radical Populista**

Este subcapítulo debruça-se sobre os partidos de direita radical populista. Está dividido em duas partes: (1) explicação das razões do reaparecimento dos movimentos de direita radical populista; (2) Caracterização destes partidos, dividido em três: o nativismo; autoritarismo e o populismo.

Uma das alterações mais importantes da ciência política nas últimas décadas foi “o aparecimento dos partidos de direita radical populista nos estados democráticos” (Rydgren, 2018:23). O crescimento da direita radical populista foi apoiado na “insatisfação social e o backlash político” (Caiani & Císař, 2019: 11), “contra as concessões extraídas por minorias étnicas e sociais organizadas politicamente” (Bustikova, 2014: 1740). Regista-se um maior apoio do eleitorado “aos partidos e movimentos que promovem xenofobia, etnonacionalismo<sup>1</sup> e o populismo antissistema” (Caiani, 2017: 91).

Os partidos de direita radical populista distinguem-se dos restantes por rejeitaram a equidade social, são contra a integração de grupos marginalizados na sociedade, e com isto apelam à xenofobia (Betz, 1994: 4). A ideologia central dos partidos de direita radical populista envolve estas três características, o nativismo, o autoritarismo e o populismo (Mudde, 2007).

O nativismo, numa abordagem inicial, é considerado o sentimento nacionalista que separa os nativos dos “estrangeiros” (Lippard, 2011: 593). O nativismo é uma “combinação de nacionalismo e xenofobia” (Mudde, 2017: 4). Nativismo é a “versão xenófoba de nacionalismo” (Ennsner- Jedenastik: 2016: 4). O nativismo é um conceito

---

<sup>1</sup> Este comportamento explica que: para preservar as características nacionais de diferentes pessoas, estas devem ser separadas (Rydgren008)

construído com base no nacionalismo, esta baseia-se em características conjunturais, ou seja, “o nativismo surge quando se regista uma vaga de imigração em massa” (Guia, 2016:3)

O sucesso dos partidos de direita radical populista, deve-se, em parte, “à habilidade para difundir sentimentos nativistas” (Betz, 2019: 1). O nativismo dos partidos de direita radical populista encontra-se representado através do uso de termos como etnonacionalismo, apresentando “a cultura nativa é superior à cultura dos *alien*” (Mudde, 2019: 26).

A imigração e o nativismo estão interligados. Num contexto após guerra, a Europa tornou-se um *hub* de diferentes culturas, a existência desta diversidade criou políticas nativistas e políticos com discursos nativistas (Guia, 2016). Os imigrantes são considerados ameaças culturais e nacionais, que resultam num aumento da criminalidade e do desemprego (Rydgren, 2018). Para além de atacar os imigrantes, o nativismo visa atacar até mesmo no país aqueles cuja ascendência não é nativa do país, usando palavras como *alien* para os descrever (Mudde, 2019). Os nativistas refutam o conceito de nação, rejeitando as exigências culturais e sociais das minorias (Guia, 2016:4)

Inicialmente, o conceito de autoritarismo foi desenvolvido para explicar o apoio popular dos regimes fascistas na Europa, estando associado ao “conservadorismo<sup>2</sup>, militarismo, nacionalismo e religiosidade” (Eckhardt, 1991: 97). O autoritarismo tem como primeira característica o convencionalismo, isto é, “a adoção de valores e comportamentos partilhados pela sociedade; a submissão à autoridade, seja política, religiosa, ou até mesmo os valores tradicionais” (Tillman, 2016:5). O autoritarismo está associado ao desejo de manutenção de uma “sociedade ordeira e conformista, o desrespeito para com esta manutenção é punido” (Mudde, 2010: 1174). Isto traduz-se em “políticas de estado de direito rigorosas e ainda, um aumento das competências atribuídas às forças policiais” (Tillman, 2016:5).

O populismo tornou-se uma *buzzword* no “discurso político e mediático” (Severiano Teixeira, 2018: 77). O populismo é de difícil caracterização. Ao longo dos anos

---

<sup>2</sup> Conservadorismo tem como característica central a manutenção da autoridade e da ordem (Mudde, 2007)

diferentes autores, como Canovan (1981); Taggart (2000) e Mény & Surel (2000; 2002), tentaram acrescentar ao conceito. Porém, apenas com Mudde (2004: 543) é que foi possível estabelecer uma definição concreta, na qual estabeleceu que, o populismo é uma “ideologia que considera que a sociedade é dividida em dois grupos homogêneos e antagónicos, ‘os puros’ versus ‘a elite corrupta’, argumenta ainda, que a política deve ser a vontade geral das pessoas”.

O populismo nas democracias modernas é visto “como um apelo do ‘povo’ contra a estrutura de poder estabelecida e as ideias e valores dominantes da sociedade” (Canovan, 1999: 3). Estes partidos usam “uma estratégia que tenta construir uma imagem de oposição contra a “classe política” sem parecer antidemocrático” (Rydgren, 2018: 27). O populismo não é contra a democracia *per se*, mas sim contra a democracia liberal, como o “pluralismo, os direitos das minorias, a separação os poderes e, ainda, o estado de direito” (Severiano Teixeira, 2018: 80).

O facto de o populismo de direita estar em crescimento “é um sintoma da falência progressiva da política” (Sandel, 2018), ou seja, “os partidos de direita radical populista consideram-se como a vox populi (a voz do povo)” (Mudde, 2007: 4). Os partidos de direita radical populista acusam os “partidos e políticos institucionalizados de representarem a classe política contra o povo” (Mudde, 2007: 4).

## **Euroceticismo**

Foi no ano de 1998 que a primeira definição de euroceticismo foi proposta por Paul Taggart, na qual explica que o Euroceticismo “é a ideia de oposição contingente ou qualificada, bem como a oposição direta e irrestrita ao processo de integração europeia” (Taggart, 1998: 366). O termo Euroceticismo “apresenta a dúvida ou descrença na Europa e na integração Europeia” (Hooghe & Marks, 2007:120).

A análise ao estudo do Euroceticismo nesta investigação encontra-se dividida em dois grandes grupos: as variedades do Euroceticismo e as atitudes perante a Integração Europeia.



## Variedades do Euroceticismo

Em 2004, os autores Taggart e Szczerbiak, criaram uma divisão entre as variedades do Euroceticismo, dividindo o Euroceticismo em entre *duro* e *brando*. *Euroceticismo duro*, “inclui todos os que se opõe à ideia de integração europeia económica ou política” (Taggart & Szczerbiak, 2004: 3).

O *Euroceticismo brando*, refere-se “à oposição contingente e qualificada da integração Europeia” (Taggart and Szczerbiak, 2004: 4). Esta oposição está dividida em *Euroceticismo Político*, que se encontra relacionado com a “oposição ao aumento da significância do projeto europeu quer a nível político, quer a nível da integração europeia” (Taggart and Szczerbiak, 2004: 4). Este tipo de Euroceticismo está associado a um período do tempo e país específico, para ajuda a perceber o autor dá um exemplo, o euroceticismo político mostra-se pela “não adesão à Zona Euro de determinados países como: o Reino Unido ou Suécia”, estes países pertencem à União Europeia, porém não concordam com a Zona Euro (Taggart and Szczerbiak, 2004: 4). Já para o *Euroceticismo de Interesse Nacional*, os partidos usam como “argumento a defesa do interesse nacional nos debates da União Europeia, para garantirem o apoio do eleitorado” (Taggart and Szczerbiak, 2004: 4).

Apesar da definição mais aceite na literatura sobre as variedades do Euroceticismo, ser a definição proposta por Taggart & Szczerbiak (2004), outros autores apresentaram outras propostas como Vasilopoulou (2009: 8-9) e Leconte (2010: 46-60).

Vasilopoulou (2009: 8-9), apresenta três novas variedades do *Euroceticismo*: *Euroceticismo de rejeição*; *Euroceticismo Condicional* e o *Euroceticismo Comprometedor*.

O *Euroceticismo de rejeição*, em muito se assemelha, ao Euroceticismo Duro, apresentado por Taggart & Szczerbiak (2004), “os partidos são contra todos os aspetos da integração europeia” (Vasilopoulou, 2009: 8). O Euroceticismo condicional, os partidos “conseguem reconhecer que a cooperação europeia é benéfica para o estado nação, contudo os contínuos alargamentos são prejudiciais aos interesses e soberania do país” (Vasilopoulou, 2009: 8). Por fim, o *Euroceticismo comprometedor*, no qual os “partidos estão a favor da cooperação europeia” (Vasilopoulou, 2009: 8). Os partidos “comprometeram-se a reconhecer que a transferência de poderes para uma instituição

supranacional, apenas de não ser desejado, é necessário para atingir prosperidade económica” (Vasilopoulou, 2009: 8).

Da mesma forma que o *Euroceticismo do interesse nacional*, definido anteriormente, o Euroceticismo comprometedor “quer assegurar o interesse nacional de cada país, mantendo uma posição que lhes consiga assegurar o eleitorado” (Vasilopoulou 2009: 9). Para De forma a concluir, as três novas variedades propostas por Vasilopoulou, em muito se assemelham com a proposta inicial de Taggart & Szczerbiak (2004). Semelhanças mais notáveis entre o Euroceticismo de Rejeição e o Euroceticismo duro; e ainda semelhança entre o Euroceticismo comprometedor e o Euroceticismo brando, especificamente o Euroceticismo de interesse nacional.

Ao contrário dos outros dois autores mencionados acima, Taggart & Szczerbiak (2004) e Vasilopoulou (2009), Leconte (2010: 46-61) expande as variedades do Euroceticismo para quatro: Euroceticismo utilitário; Euroceticismo Político; Euroceticismo normativo e antieuropeísmo cultural.

O *Euroceticismo utilitário* refere-se ao ceticismo perante “os ganhos da integração europeia ou os impactos que a integração europeia tem ao nível coletivo ou individual” (Leconte, 2010: 46). O *Euroceticismo político* é a oposição à criação de um sistema institucional supranacional, bem como a delegação de poderes “as instituições supranacionais para além de um núcleo limitado de políticas (...) e ao princípio da partilha de soberania” (Leconte, 2010: 50). O *Euroceticismo normativo* refere-se à interferência da União Europeia em questões normativas, como o aborto, direitos das minorias. “Este ressentimento origina na ideia na expansão dos domínios de poder na União Europeia” (Leconte, 2010: 57). Por fim, o *antieuropeísmo cultural*, que se divide em duas variantes: a primeira na qual a ideia de uma “Europa” não existe, ou seja, não há uma identidade comum partilhada pelos diferentes povos da Europa” (Leconte, 2010: 61). Na segunda variante, “a integração europeia é usada apenas como tentativa de europeização/homogeneização/globalização que devem ser rejeitados porque podem ser corrosivos para os valores nacionais” (Leconte, 2010: 61).

## **Atitudes perante a União Europeia**

Após a apresentação do primeiro grupo de análise do Euroceticismo, as variedades do Euroceticismo que explicam os sentimentos perante o processo de integração europeia, passemos agora para o segundo grupo de análise, inserem-se atitudes de integração da União Europeia. No segundo grupo de análise, inserem-se as atitudes integracionistas.

A primeira foi desenvolvida por Kopecký & Mudde (2002), que apresentaram a primeira conceção de Euroceticismo que se encontra apresentada no quadro em baixo:

		Apoio à União Europeia	
		Eurófilo	Eurofóbico
Apoio à União Europeia	Euro-otimistas	Euroentusiastas	Europragmaticos
	Euro-pessimistas	Euroceticos	Eurorejects

Tabela 1: Tipo de Posições de partidos na Europa

Fonte: (Kopecký & Mudde,2002).

Kopecký & Mudde (2002: 303-304) explicam que a primeira parte da tabela divide o apoio à União Europeia em dois grupos, Eurófilos e Eurofóbico. Os Eurófilos acreditam nas “ideias-chave da integração europeia implícitas à União Europeia, tais como a cooperação institucionalizada com base na soberania comum e uma economia de mercado liberal integrada” (Kopecký & Mudde,2002: 301). Os eurófobos não apoiam “as ideias gerais de integração europeia implícitas à União Europeia” (Kopecký & Mudde,2002: 301). Quem assume esta posição tem características “nacionalistas, socialistas ou isolacionistas, ou simplesmente porque acreditam que a ideia de integração europeia é uma loucura em face da diversidade existente entre os Estados europeus” (Kopecký & Mudde, 2002: 301).

Na segunda dimensão também divididos em dois grupos: Euro-otimistas e Europessimistas. Os primeiros, “acreditam na União Europeia e na forma como esta se

tem desenvolvido” (Kopecký & Mudde,2002: 302). Os Europessimistas, “no momento não apoiam a direção que o Projeto da União Europeia desenvolveu, ou então, estão simplesmente pessimistas no momento atual” (Kopecký & Mudde,2002: 302).

Assim sendo, os grupos na Tabela 1 compreendem as dimensões que se encontram dentro dos mesmos:

1. Os Euroentusiastas, “são uma combinação de Eurófilos e euro-otimistas” (Kopecký & Mudde,2002: 303);
2. Os Eurocéticos que “são Eurófilos, mas europessimistas” (favoráveis à integração europeia, por princípio, mas céticos em relação ao modo como esta tem evoluído) (Kopecký & Mudde,2002: 302);
3. Os Euro-pragmáticos (ou os Euro-pragmáticos ou Euro-hipócritas), os quais são eurofóbicos, mas Euro-otimistas, isto é, “não apoiam as ideias gerais da integração Europeia, mas também não são contra, apoiam a União Europeia” (Kopecký & Mudde,2002: 303).;
4. Os Antieuropeus (Euro-rejects), “que são cumulativamente euro-fóbicos e europessimistas” (Kopecký & Mudde,2002: 303).

A tabela 2, abaixo, apresenta mais quatro perspectivas de integração europeia. Estas novas divisões são respostas entre umas e outras, ou seja, Kopecký & Mudde (2002) introduziram a primeira divisão e todos os autores seguintes vêm responder. Flood & Usherwood (2007: 6), apresentam seis classificações do Euroceticismo por considerarem a divisão de Kopecký & Mudde (2002) simplista. Krouwel & Abts (2007: 261- 263) usam o nível de reflexividade<sup>3</sup> para explicar o nível de negativismo perante a União Europeia, dividindo-o em confiança, ceticismo, falta de confiança, cinismo e alienação.

Ao analisar os autores anteriores, algo que salta à vista é a data de publicação, todos publicados antes da Crise do Euro. Magone (2015: 40), no seu estudo, concluiu que o euroceticismo era apenas analisado nas democracias avançadas, sendo necessária uma análise abrangente que incluísse os restantes países, Europa Central,

---

<sup>3</sup> O nível de reflexividade inclui três pontos: o nível de monitoramento do ambiente político, (b) o grau de abertura para avaliar informações relevantes e (c) a extensão da diferenciação entre os alvos. (Krouwel & Abts, 2007: 254)

Sul e Central. Com esta nova análise, Magone (2015: 40) introduziu uma nova divisão, o Eurodesencanto “que é o desencanto dos apoiantes da integração europeia, nomeadamente, da velocidade e o processo de desenvolvimento”. Tal como Kopecký & Mudde (2002), Magone (2015) usa a divisória de Euroceticismo Brando (avalia negativamente a influência da União Europeia no país”; e Duro “rejeição total do projeto europeu”, distingue-se dos primeiros porque não divide o Euroceticismo Brando.

Flood & Usherwood (2007: 6)	Krouwel & Abts (2007: 261- 263)	Weßels (2007: 288- 304)	Magone (2015: 40)
<p>- <b>Maximalistas da União Europeia</b> “impulsionam a integração europeia”</p> <p>-</p> <p><b>Reformistas da União Europeia:</b> são a “favor da integração europeia, após a correção de deficiências identificadas”</p> <p>-</p> <p><b>Progressores da União Europeia</b> “aceitam algum avanço da União Europeia, desde que este seja lento e fragmentado”</p> <p>-</p> <p><b>Minimalistas da União Europeia</b> “aceitam o status quo, mas preferem limitar a integração tanto quanto possível”,</p> <p><b>Negacionistas da União Europeia,</b> querem retroceder nos tratados que foram assinados – Rejeitadores da União Europeia, contra a total integração e participação na União Europeia;</p>	<p><b>Euroconfiança,</b> “refere-se a uma atitude de assentimento obediente à política da União Europeia”.</p> <p>-</p> <p><b>Euroceticismo</b> “insatisfação com o desempenho atual da União Europeia, porém, são confiantes no processo da integração europeia”.</p> <p><b>Eurodesconfiança</b> “Frustrados com o falhanço da União Europeia”</p> <p><b>Eurocinismo:</b> “desprezo pelas autoridades europeias com a descrença no funcionamento das instituições Europeias”</p> <p><b>Euro-alienação</b> Rejeição profunda e prolongada da União Europeia</p>	<p><b>Europeus críticos</b> sentem-se próximos da comunidade europeia, mas descontentes em simultâneo</p> <p><b>Eurocéticos</b> “para além de se sentirem descontentes, não se sentem ligados à Europa”</p> <p><b>Eurocéticos intransigentes</b> não têm identidade europeia, e exigem a interrupção ou o fim da integração europeia.</p>	<p>- <b>Euroentusiastas,</b> 1. “Euroentusiastas desinteressados que estão convictos do projeto e não são conduzidos por interesses nacionais” 2. “Euroentusiastas interessados apoiam a integração europeia, mas também perseguem o interesse nacional”</p> <p><b>Eurocriticos,</b> 1. “Reformistas Eurocriticos que querem reformular partes do projeto europeu, e ainda os que querem mudar a lógica económica ou política do processo de integração Europeia” –</p> <p><b>Eurodesencanto,</b> “Desencanto perante a velocidade e o desenvolvimento do processo de integração europeia”</p> <p>-</p> <p><b>Eurocéticos,</b> 1. soft: “avalia de forma negativa a influência da União Europeia 2. Hard: “rejeita completamente a União Europeia”</p>

Para este estudo será utilizada a divisão proposta por Taggart & Szczerbiak (2004), que divide o Euroceticismo em *brando e duro* por várias razões: (1) como visto anteriormente, esta é a definição mais aceita na literatura; (2) para testar o euroceticismo dos partidos em estudo, os autores utilizam a divisão proposta por Taggart & Szczerbiak (2004), permitindo uma facilidade na identificação de cada tipo de euroceticismo para cada partido.

## **Eleições de Segunda Ordem**

As eleições deveriam ser momentos importantes para os eleitores, visto que, “são momentos chave para estes poderem responsabilizar os seus representantes” (van der Brug & de Vreese, 2016:1). Porém, nem todas as eleições são vistas como momentos importantes e, infelizmente, as eleições europeias acabam por cair no grupo das menos importantes.

As eleições europeias realizam-se a “cada cinco anos em todos os estados-membros” (Pasquino & Valbruzzi, 2019: 737). Atualmente, (desde a saída do Reino Unido em janeiro de 2020) o Parlamento Europeu é composto por 705 deputados eleitos através de um “sistema de representação proporcional para garantir a representatividade dos eleitores europeus” (Pasquino, 2009: 399). O que varia de Estado Membro para Estado Membro, é a forma do voto proporcional, “em alguns Estados Membros estes podem escolher voto preferencial onde podem escolher a sua preferência; ou então a onde estes não podem alterar a lista de candidatos, sendo esta a lista fechada” (European Parliament, 2019: 2).

O modelo de eleições de segunda ordem foi introduzido por Reif & Schmitt, (1980). O modelo de eleições de segunda ordem explica que, os eleitores não usam as eleições europeias para responsabilizar os seus representantes no parlamento europeu, mas sim “na arena nacional” (Reif & Schmitt, 1980:9).

As eleições são divididas em dois tipos de eleições, as eleições de primeira ordem e as eleições de segunda ordem. Nas eleições de primeira ordem encontram-se as “eleições presidenciais em sistema político presidenciais e em sistemas parlamentares as eleições para os Parlamento Nacional” (Reif & Schmitt, 1980: 8). São várias as eleições

que se incluem no grupo das eleições de segunda ordem, como as “eleições municipais, eleições regionais, as eleições para uma segunda câmara e ainda, as eleições europeias” (Reif & Schmitt, 1980:8).

Tendo em conta a ideia central de Reif & Schmitt (1980), foram elaboradas uma série de premissas. A primeira, é a “dimensão de que está menos em jogo, isto leva a níveis de participação mais baixos, uma vez que, os eleitores não consideram que estas sejam suficientemente importantes para se deslocarem às urnas” (Reif & Schmitt, 1980:9). Nas eleições de segunda ordem “os partidos mais pequenos e os partidos novos conseguem melhores resultados” “(Reif & Schmitt, 1980: 9). Há uma “maior percentagem de votos em branco e nulos” e, ainda, “os partidos que estão no governo recebem uma percentagem de votos inferior quando comparados com resultados nacionais” (Reif & Schmitt, 1980: 9). Marquart et al. (2020: 681), apresentam outras razões para o baixo nível de participação como: “dia da eleição ao domingo, a contribuição do país para o orçamento da União Europeia e, ainda, as características sociodemográficas” de cada país podem ser determinantes.

O problema das eleições europeias “é serem simultaneamente eleições nacionais” (Sampaio, 2019: 7). As eleições europeias não se conseguem mostrar como uma “oportunidade para os eleitores responsabilizarem os políticos pelas suas ações”, outro problema, “é a falta de discussão de questões europeias pelos partidos” (van der Brug & de Vreese, 2016: 2). Apesar das eleições de segunda ordem não influenciarem a formação de governos, estas podem ser bons indicadores e influenciadores das próximas eleições. As eleições europeias realizadas próximas de umas eleições legislativas, em específico depois destas, “beneficia os partidos em governo, visto que, este ainda se encontra na chamada “fase de lua de mel”, quanto mais afastadas das eleições legislativas, mais dinheiro será gasto em campanha pelos partidos em governo” (Hix & Marsh, 2007: 496).

Toda teoria tem de ser testada ao longo do tempo, e esta foi testada por diversos autores ao longo dos anos Marsh (1998), Schmitt (2005) e Ehin & Talving (2021).

O primeiro estudo em análise, foi realizado sobre as eleições europeias de 1994. Este estudo chegou à conclusão de que as eleições europeias “são uma forma de mostrar o descontentamento perante o governo atual do país” (...); “os partidos mais pequenos são os partidos mais pequenos são os reais vencedores, conseguindo uma



maior percentagem de voto” e, “as eleições europeias dão indicações nacionais (Marsh, 1998: 606).

O segundo estudo em análise, foi realizado sobre as eleições europeias de 2004. As eleições europeias de 2004, continuam a ser eleições de segunda ordem devido: “aos baixos níveis de participação, perda de apoiantes dos partidos que compõem o governo do país e o benefício mais pequenos” (Schmitt, 2005: 668).

O último estudo em análise, é mais recente, fazendo referência às eleições de eleições europeias de 2019. Ehin & Talving (2021), tendo em conta o contexto atual da Europa, como crescimento dos partidos de direita radical populista, concluíram que a Teoria de Eleições de Segunda Ordem mantém-se firme em vários aspetos:

o “baixo nível de participação (...); perda de mandatos do partido no governo (...), e por fim, o já esperado maior número de votos de protesto e “votos com o coração” que dá força a partidos extremistas, populistas e eurocéticos que, por vezes, estão à margem dos governos” (Ehin & Talving, 2021: 16)

## **Campanhas**

A comunicação entre as “organizações governativas de uma sociedade e o eleitorado são parte central do sistema político” (Lilleker, 2006:1). As campanhas políticas pretendem “aumentar a participação eleitoral através da informação e mobilização dos eleitores” (Marquart et al., 2020: 683). Há três maneiras de como a maior informação de campanha influencia o voto:

“(1) informa os eleitores da posição do candidato; (2) os eleitores conseguem encontrar a sua preferência eleitoral, têm uma oportunidade de encontrar a sua preferência; (3) o eleitor consegue interessar-se pelos assuntos abordados, pode interessar ao eleitor” (Beach et al., 2017: 3).

A comunicação política permite que haja democracia Europeia (Strömbäck, et al., 2011), como as instituições europeias, nomeadamente o Parlamento Europeu, foram construídas, nunca permitirá que estas eleições sejam de primeira ordem (van der Brug & de Vreese, 2016:7). Há uma série de fatores que influenciam os padrões de campanhas para o Parlamento Europeu:

“Como a fraca percepção do Parlamento Europeu (...); os cidadãos europeus não conhecem os candidatos (...) o facto de outras eleições estarem a ocorrer no mesmo espaço de tempo (...); menos recursos despendidos na campanha (...); a falta de visibilidade dos Grupos Parlamentares (Gagatek, 2010: 14-16).

Apesar o crescimento dos média digitais, a maior dos eleitores prefere “os meios de comunicação de massa tradicionais como TV, jornais e rádio constituem as mais importantes fontes de informação política” (Strömbäck & Kaid, 2008: 2). No entanto, vários autores defendem os benefícios dos ‘media’ digitais para as campanhas: “expõem os cidadãos a nova informação e diferentes autores” (Marquart et al., 2020: 687). As “redes sociais têm o potencial de aumentar a conexão eleitoral entre partidos políticos e eleitores e permitir que os partidos políticos se envolvam diretamente com potenciais eleitores” (Silva et al., 2021:2). Outros que apresentam os media tradicionais como mobilizadores do eleitorado já que “informam o eleitorado sobre as principais questões e posições dos partidos sobre essas questões e aumentando a relevância de certas questões políticas” (van Elsas et al., 2018:4)

Antes das eleições europeias de 2014, o Parlamento Europeu, anunciou que desta vez seria diferente (Schmitt & Teperoglou, 2015). Pela primeira vez na história das eleições para o Parlamento Europeu, “os grupos partidários puderam nomear um candidato à Presidência da Comissão Europeia, num movimento que lhes permitiu realizar campanhas eleitorais mais focadas e personalizadas que transcendiam as fronteiras nacionais” (Nulty et al., 2016: 14). Ao ser introduzido o *Spitzenkandidaten*, ou seja,

“os principais candidatos dos partidos políticos europeus que concorrem ao cargo de Presidente da Comissão Europeia, o Parlamento Europeu visou aumentar a sensibilização e o interesse dos cidadãos europeus em participar nas eleições e, em ainda, reforçar a legitimidade do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia (Gattermann & de Vreese, 2020: 1).

## Considerações finais

Neste capítulo, foram clarificados os conceitos de: Partidos de Direita Radical Populista, Euroceticismo e Eleições de Segunda Ordem. Estes conceitos em conjunto vão ser o fundamento para a nossa investigação. Os partidos de direita radical populista continuam a ganhar terreno no Parlamento Europeu, com os seus discursos extremistas e eurocéticos.

No capítulo seguinte, completaremos a nossa investigação caracterizando os partidos em análise: *Alternativa para a Alemanha; Partido Popular da Dinamarca; VOX; Partido dos Finlandeses; Solução Grega; UKIP e Partido da Liberdade da Áustria*. Nesta caracterização será incluída a caracterização do país de origem e a história do Partido em análise.



## Capítulo 2: Os Partidos em estudo

O segundo capítulo vai debruçar-se sobre os partidos em estudo. Estes partidos são: *Alternative für Deutschland*; *Dansk Folkeparti*; *VOX*; *Perussuomalaiset*; *Elliniki Lisi*; *UKIP* e *Freiheitliche Partei Österreichs*. Para contextualizar a análise dos partidos será apresentada uma pequena caracterização do país aonde os partidos se inserem: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia e o Reino Unido. Na caracterização será incluída o sistema político do país do partido em estudo; história, ideologia e explorar em que grupo do Euroceticismo o partido em análise se insere, ou seja, *Euroceticismo Brando* ou *Euroceticismo Duro*.

### Alemanha

A Alemanha é a república parlamentar federal mais central da União Europeia. Encontra-se dividida em “dezasseis estados federais com competência própria em diferentes matérias como: educação, cultura, media, política, TV, rádio e ensino superior” (Schaal & Galvagno, 2013: 68). O Presidente tem poderes formais, sendo “eleito a cada cinco anos pelas duas câmaras, câmara baixa *Bundestag* e câmara alta *Bundesrat*” (Schieder & Magone, 2016: 79). Visto que, o Presidente tem apenas poderes formais, o poder encontra-se nas mãos de um Chancellor que, em 2022, pertence a Olaf Scholz.

Apesar do aparecimento de alguns partidos de direita radical populista nos anos 90 do século XX, devido à crise económica, nenhum deles teve o resultado que a *Alternativa para a Alemanha* atingiu. Os primórdios da *Alternative für Deutschland* (*Alternativa para a Alemanha*) resultam de um “movimento político neoliberal chamado *Wahlalternative 2013*, fundado em 2012 por três deputados da CDU” (Wolf, 2016:150). A *Alternativa para a Alemanha* surgiu, pela primeira vez, meses antes das eleições legislativas, “considerava ser diferente dos partidos tradicionais, querendo acabar com os partidos estabelecidos”, como o caso da CDU (*Christlich-Demokratische Union Deutschlands*), o partido de origem dos seus fundadores (Schwörer, 2018: 29).

O sucesso da *Alternativa para a Alemanha* está associado: “a uma insegurança generalizada, das consequências negativas da globalização da economia e, também, o

medo dos estranhos (os já referidos *alien*) formando-se uma nova política nacionalista”. (Schroeder & Weißels, 2020:97).

A caracterização da *Alternativa para a Alemanha* é bastante dispare e há uma falta de consenso, no entanto, há características que sobressaem como: partido “antissistema, partido liberal-conservador de classe média, extremista de direita, populista de direita, xenófobo, autoritário” (Schroeder & Weißels, 2020: 97), sente-se como real representação do “povo homogéneo” (Schwörer, 2018: 29). Desde a sua formação a *Alternativa para a Alemanha* trabalha com “grupos de extrema-direita como a *PEGIDA*, um grupo com características racistas, islamofobia, antissemíticas e xenófobas” (Klikauer, 2018: 612).

Outro facto que considero ser importante realçar é as diferenças que a época vivida podem ter na caracterização dos partidos, ou seja, este partido aproveitou as épocas mais débeis para o país e, até mesmo para a Europa, para salientar determinados problemas. Durante o alto da Crise de Refugiados dos Migrantes do Mediterrâneo no ano de 2015, “a *Alternativa para a Alemanha* tirou partido da crise dos refugiados para as suas campanhas e tornou-se de certa forma mais xenófobo” (Berning, 2017). Ainda os “ataques terroristas islâmicos em Paris, e o assédio por cidadãos norte africanos na noite de Ano Novo em Colónia, levou o partido a pedir reforma sobre as leis de asilo” (Decker, 2016: 10).

A crise económica foi uma alavanca para o sucesso da *Alternativa para a Alemanha*. Apesar de a crise económica ter sido sentida antes da sua criação, o partido sempre foi contra os resgates financeiros, em específico o resgate à Grécia, este foi “o primeiro sinal de afastamento dos seus fundadores em relação à CDU” (Wolf, 2016: 151).

A Alemanha é um dos países mais antigos da União Europeia, tendo aderido em 1958, quando esta ainda era chamada Comunidade do Carvão e do Aço (Alemanha, 2016). Os alemães apoiaram o projeto europeu desde o começo “para limpar a imagem deixada pelo *Terceiro Reich*” (Schieder & Magone, 2016: 79). O *Partido Alternativa para a Alemanha*, encontra-se no grupo do “Euroceticismo brando, visto que, não propõe um retorno à moeda nacional, mas opõem-se ao Estado atual da União Europeia” (Berning, 2017: 17). O foco central do Euroceticismo do *Partido Alternativa para a Alemanha* prende-se com a “rejeição das ajudas financeiras devido às crises das dívidas soberanas,

com isto também exigem a construção de políticas de austeridade rígidas e a dissolução da zona Euro” (Wolf, 2016: 152), “defendem também o fecho das fronteiras da União Europeia” (Lees, 2018: 306). Em relação ao Parlamento Europeu, este conseguiu reunir 7,1% dos votos em 2014, registando um aumento de 4% nas eleições europeias de 2019.

## **Dinamarca**

Situada no norte da Europa, a Dinamarca é uma monarquia constitucional, na qual rei tem apenas um papel cerimonial. O chefe de Estado é o primeiro-ministro, apontado pelo rei, e responde perante o Parlamento *Folketinget* (Britannica, 2022).

O partido em análise é o *Dansk Folkeparti (Partido Popular da Dinamarca)*. Este partido foi criado no dia “4 de outubro de 1995 por quatro membros do *Partido Progressista Dinamarquês* que se dividira em duas fações nos anos 80 do século XX” (Meret, 2009: 97). O *Partido Progressista Dinamarquês* tinha como mensagem central: “anti-impostos, anti burocracia e ainda uma atitude negativa perante a imigração, em particular a imigração muçulmana” (Christiansen, 2016: 94).

O *Partido Popular da Dinamarca* desde a sua criação focou-se em problemas específicos, como a política de imigração. A ideologia do partido, segue o pensamento dos restantes partidos de direita radical populista como o “etnonacionalismo, e a xenofobia” (Rydgren, 2004: 484). O primeiro programa eleitoral do *Partido Popular da Dinamarca* pedia uma “maior atenção à política de asilo e imigração” (Meret, 2009: 119). “A imigração é vista como uma ameaça à cultura dinamarquesa” (Rydgren, 2004: 484), seguindo as ideias do *Partido Progressista*, consideram que os “imigrantes muçulmanos pertencem a grupos fundamentalistas que podem fazer uma espécie de lavagem cerebral às crianças que estiverem em contacto nas escolas” (Rydgren, 2004: 485). O *Partido Popular da Dinamarca* salienta ainda que os imigrantes “drenam os cofres dos países, o dinheiro usado para estes poderia ser antes utilizado para os nativos mais velhos” (Rydgren, 2004: 486).

Em 1997, o *Partido Popular da Dinamarca* “manifestou a intenção de manter as posições radicais do *Partido Progressista* em relação à União Europeia” (Christiansen, 2016: 96). O partido defende a “independência da Dinamarca bem como do parlamento” (ou seja, assegurar a soberania nacional em diversos temas decididos a

nível europeu), sendo estes ameaçados pela imigração e pela unificação Europeia (Christiansen, 2016: 96-97). Para o *Partido Popular da Dinamarca*, a União Europeia deveria apenas ser mantida como:

“Cooperação entre países livres e independentes que mantêm soberania e identidade nacional, (...), porém esta cooperação deve ser apenas em determinadas áreas como: o livre mercado; ambiente e segurança internacional” (Meret, 2010: 138).

Os assuntos que estes consideram que não deveriam ser debatidos pelo Parlamento Europeu são: “a política externa, problemas monetários e fiscais, visto que significa a perda de soberania” (Meret, 2010: 138). O *Partido Popular da Dinamarca* nas eleições europeias de 2019 perdeu três dos quatro mandatos que conseguira no ano de 2014, com 26,6% dos votos, para 10,07% dos votos. Em relação ao tipo de Euroceticismo, este partido “sempre se opôs à integração europeia, mantém-se numa linha muito final entre duro e brando, mas inclinado para o duro” (Nielsen, 2017: 36).

## **Espanha**

Espanha é uma monarquia constitucional, onde o rei tem apenas poderes cerimoniais. O poder legislativo é composto pela Câmara alta e a Câmara baixa. O poder executivo compete ao primeiro-ministro e os membros do governo, que lida com a política interna e externa, incluindo as políticas de defesa e económicas (Britannica, 2022).

O Partido *VOX* teve origem na plataforma civil *reconversión.es*, no ano de 2012. Esta plataforma serviu para mostrar o “descontentamento perante o primeiro-ministro Mariano Rajoy” (Casals, 2020:28). Mariano Rajoy era criticado por ser demasiado moderado em questões como os “valores tradicionais, a unidade nacional e a liberdade económica” (Casals, 2021: 116). O partido foi oficialmente criado em 2013, por membros mais “conservadores do *Partido Popular*, que até então acolhia os membros mais conservadores” (Ferreira, 2019: 76). O *VOX* manteve-se como outsider até as eleições regionais de Andaluzia de 2018, onde conseguiu 10% dos votos (Casals, 2021: 115).



A expressão “*España Viva*” é o lema do VOX, “com este lema aspira combater os inimigos seculares, o Islão é central, com este lema há quatro áreas políticas que podem ser caracterizadas” (Casals, 2020: 30).

A primeira é a rejeição do aborto e das leis de “memória história”<sup>4</sup>, bem como o casamento homossexual” (Casals, 2021: 117). O partido VOX pretende “reivindicar Gibraltar, Ceuta e Melia” (Casals, 2021: 118). A existência de uma avalanche migratória exige o controlo da imigração, usando “quotas de origem e, ainda, a existência de privilégio perante as nacionalidades que compartilham o espanhol, e semelhanças culturais” (Casals, 2021: 31). Consideram que a imigração deve apenas ser um “privilégio concebido aos refugiados políticos, como Cuba e os regimes liberais da América Latina” (Casals, 2021: 36). Por fim, no programa eleitoral para as eleições europeias de 2019, escrevem que as fronteiras europeias deveriam ser impenetráveis, estando dispostos a suspender os acordos de Schengen (Casals, 2020: 89).

O Partido VOX dentro do seu programa político, menciona o fundamentalismo islâmico e a proibição de mesquitas de qualquer interpretação fundamentalista islâmica (Casals, 2020: 30). Considera que, o “Islão favorece a adoção de valores liberais como os direitos da mulher e da comunidade LGBTQIA+” (Casals, 2020: 30), exige que “todos os muçulmanos contribuam para a deteção de radicais e a proibição do ensino do Islão na escola pública” (Casals, 2020: 89).

Também no seu programa eleitoral, o partido VOX “adotou parte das ideias de Trump ao querer tornar Espanha grande outra vez, e na edificação de muros em Ceuta e Melia que deveriam ser pagos pelos marroquinos” (Casals, 2021: 118), aspira criar a “*Hispanosfera*’, unida a Portugal e a integração de Gibraltar; reivindica a conceção do espanhol baseada nos grandes episódios históricos como os descobrimentos, e a reconquista cristã” (Casals, 2020: 32).

Por fim, no programa eleitoral, fazem denúncia da chamada ideologia de género<sup>5</sup>, acredita em “valores tradicionais e extremamente conservadores, que

---

<sup>4</sup> “Estas leis reconhecem os direitos dos que foram perseguidos durante o período da guerra civil e ditadura” (Santos, 2021).

<sup>5</sup> A “ideologia de género” apareceu como uma expressão pejorativa para desqualificar os estudos de género, ou seja, a teoria de género é percecionada como desestabilizadora da ordem social, porque retira às desigualdades o papel considerado essencial para o funcionamento de uma sociedade (Peniche, 2021). Os sentimentos anti-feministas e anti-igualdade de género fazem parte da retórica dos partidos

resultam numa abordagem antifeminista, considerado feminismo, a comunidade LGBTQIA+ como “lobbies” de esquerda” e no mais extremo como “comunistas e radicais” (Barrio et al., 2021: 241-242).

Em relação ao Euroceticismo, o partido VOX insere-se no grupo do euroceticismo brando, acredita que não deve ser concedida qualquer tipo de soberania à União Europeia (Castelli, 2019).

## **Finlândia**

A Finlândia é o país mais a norte da União Europeia, aderiu à União Europeia no ano de 1995 (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2022). A Finlândia é um sistema semipresencialista, tendo em 2022, como primeira-ministra Sanna Marin, e o presidente Sauli Niinistö. O poder legislativo “concentra-se no Parlamento *Eduskunta* eleito, por um período de quatro anos, sendo o Governo e os ministros responsabilizados perante o Parlamento” (Britannica, 2022).

O partido que será analisado no caso da Finlândia é o *Perussuomalaiset* (*Partido dos Finlandeses*). Foi criado no ano de 1995 por ativistas que se separaram do *Partido Rural Finlandês*. Os primeiros anos do *Partido dos Finlandeses* foram marcados pela “manutenção da herança do anterior partido, combinando políticas económicas que se enquadrariam no espectro da esquerda” com valores sociais conservadores e ainda um sentimento patriota nacionalista (Hatakka, 2021: 297). O partido começou a mostrar o seu descontentamento com o multiculturalismo no ano de 2007, e a expressão “em Roma faz como os romanos” foi, mensagem central “o multiculturalismo não deve ser valorizado negligenciando a nossa própria cultura” (Jungar, 2016: 120). Com a liderança de Jussi Halla-aho, “assistiu-se a uma mudança do programa do partido, inserindo-se economicamente na ala da direita, um discurso predominantemente nativista” (Hatakka, 2021: 297), tendo suprimido as suas características iniciais de cristianismo e a herança da distinção entre centro e esquerda, “esta radicalização deve-se à inclusão de grupos nacionalistas, anti-imigração e islamofóbicos” (Jungar, 2016: 122).

Apesar das bases favoráveis à União Europeia, herança do partido anterior, o “*Partido dos Finlandeses* não tem sido sempre constante com a sua posição em relação

---

nacionalistas, havendo um aumento de uma nova forma de patriarcado e de normas masculinas (Fangen & Skjelsbæk, 2020).

à União Europeia” (Jungar, 2016: 121). Ou seja, o *Partido dos Finlandeses* proclama que a Finlândia não deve contribuir para o desenvolvimento federal da União Europeia. Estes defendem que a “cooperação intergovernamental deveria ser a raiz da organização europeia, opõem-se à integração europeia vertical e horizontal, chegando mesmo a comparar a União Europeia como uma União Soviética não democrática” (Jungar, 2016: 122). Apesar desta imagem inicial, atualmente o Euroceticismo em especial o Euroceticismo brando a imagem que define o *Partido dos Finlandeses* (Taggart & Pirro, 2021: 6).

## A Grécia

O envolvimento grego em “duas guerras mundiais e o período ditatorial entre 1967 e 1974, viram os gregos a pedir algo novo para o seu país” (Kornetis, 2019: 180). A república parlamentar foi introduzida no ano de 1974, o primeiro-ministro é o chefe de governo, o presidente tem apenas poder cerimoniais, sendo eleito pelo Parlamento a cada 5 anos (Britannica, 2022).

Para este estudo o partido grego de direita radical populista é a *Elliniki Lisi (Solução Grega)*. A *Solução Grega* foi criada em 2016 e nas eleições europeias de 2019 conseguiu eleger um deputado. Tal como muitos outros partidos de direita radical populista, surgem da separação de um partido mais conservador estabelecido, o partido *Solução Grega* mantém a trajetória. Apesar da sua criação mais recente, as ideias deste partido são semelhantes a outros partidos já analisados, nomeadamente o euroceticismo. A *Solução Grega* “defende a soberania de um estado nação forte” (...), este deve emitir a sua “própria moeda, ter o seu banco central, acreditam que o facto de haver uma rede de bancos internacionais conectada leva a que em caso de crise há risco de colapso” (Solução Grega, 2022: 15). A *Solução Grega* acredita que as “organizações supranacionais como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia, a Organização Mundial de Saúde, entre outras, são instituições antidemocráticas, considerando ainda que as políticas internacionais são definidas por uma elite a portas fechadas” (Solução Grega, 2022: 19). Como dito anteriormente, este partido defende a soberania do estado nação, defendem que as pessoas que possuem características comuns, como a raça, língua, cultura, religião, história, origem geográfica e consciência

nacional, deveriam ser uma nação. Defendem que o regime para manter e estabelecer a sua soberania não precisa apenas das instituições repressivas, mas também necessita de “instituições ideológicas como o sistema educacional, a religião, a família e os média, quem se opor à ideologia estabelecida é visto como um extremista” (Solução Grega, 2022: 18).

Por fim, este partido, seguindo a lógica dos partidos de direita radical populista é contra a imigração, defende que os imigrantes apenas entram nos territórios para destruir o Estado-nação (Solução Grega, 2022). O Partido *Solução Grega* faz parte do grupo do Euroceticismo brando, opõem-se à “manutenção da Grécia na zona euro” (Taggart & Pirro, 2021: 8).

## O Reino Unido

O Reino Unido é uma “monarquia constitucional, regida por um conjunto de leis fundamentais como a Carta Magna, que data de 1215” (Oliveira, 1989: 280). O poder executivo pertence ao governo chefiado pelo primeiro-ministro “pertence ao partido vencedor das eleições parlamentares para a Câmara dos Comuns” (Oliveira, 1989). Para além da Câmara dos Comuns, existe ainda a Câmara dos Lordes composta por “pares hereditários ou vitalícios e por altos dignatários eclesiásticos”, ambas as câmaras possuem o poder legislativo (Oliveira, 1989: 282).

O partido de direita radical populista analisado é o partido *UKIP* (Partido da Independência do Reino Unido). O UKIP foi “fundado no ano de 1993, por Alan Sked, que se sentia cada vez mais desiludido com o desenvolvimento da União Europeia” (Usherwood, 2016: 248). O UKIP apresenta diferentes princípios como: o “patriotismo, a democracia nacional, democracia política, democracia económica, liberalismo e tradicionalismo e, ainda, a mais notável, o Euroceticismo” (UKIP, 2022). A sua campanha foi desenvolvida “à volta da saída do Reino Unido da União Europeia, para restaurar o Reino Unido como nação independente, soberana e democrática”, conseguindo atingir o resultado pretendido com o Referendo de 2016 (UKIP, 2022).

O ano de 2014 foi o melhor ano do partido, visto que, conseguiu 26,6% do voto nas eleições para o Parlamento Europeu, apesar deste sucesso este partido não conseguiu ter o mesmo sucesso noutras áreas, seja a nível nacional quer a nível local. O

partido UKIP “conseguiu mobilizar questões divisórias a nível social e económicas” (Ford & Goodwin, 2014: 278). Um dos temas que o partido *UKIP* conseguiu trazer ao de cima foi a questão da imigração, nomeadamente a questão da imigração dentro da União Europeia, chamou ainda à atenção de diferentes problemas sociais “como: raça, identidade nacional, género, direitos para casais do mesmo sexo e a diversidade étnica” (Ford & Goodwin, 2014: 278). Por fim, o *UKIP* insere-se no grupo do euroceticismo duro (Taggart & Pirro, 2021: 9)

## Áustria

A Áustria é um país situado no centro da Europa, é uma república Federal composta por nove estados ou *Land*. Em 2022, o chanceler austríaco é Karl Nehammer, sendo este o chefe de governo (Britannica, 2022). O poder legislativo encontra-se dividido em duas câmaras, *Nationalrat*, ou mais conhecida como Câmara Baixa, eleita pela população a cada 5 anos onde se centra o poder legislativo, e, ainda, *Bundersrat*, ou Câmara Alta, no qual se encontram representadas os Estados ou *Land* (Britannica, 2022).

O Partido analisado é o *Freiheitliche Partei Österreichs* (*Partido da Liberdade da Áustria*). Criado em “1956, por elementos do partido *Liga dos Independentes*, que em 1953 conseguiram 14 mandatos para o *Nationalrat*” (Sanders, 2012: 29). Este partido está “ligado ao Nacionalismo Socialista, como, por exemplo: fascismo, racista e antissemitismo e ainda a ideologia de supremacia branca” (Wodak & Rheindorf, 2019: 171).

Os discursos do *Partido da Liberdade da Áustria* são baseados em:

“Questões de pureza racial, nomeadamente antissemitismo e ainda a contínua reprodução entre pessoas da mesma raça para garantir uma Europa de brancos; desenvolvem ainda questões homofóbicas; e o enaltecimento da figura masculina como o protetor e o provedor da família (Wodak & Rheindorf, 2019: 178).

Adiciona a este discurso a “questão da religião, ao abraçar questões cultura austríaca tradicional e o conservadorismo catolicista” (Heinisch & Hauser, 2016: 75). Consideram que o “Islão é negativo”, pois estes veem o mundo como um palco de guerra

até que todo o mundo esteja convertido; “consideram que a educação muçulmana é radical ou até que as liberdades religiosas são abusadas pelos muçulmanos” (Krzyżanowski, 2013: 144).

O *Partido da Liberdade da Áustria*, desde 1994 que participa nas eleições Europeias, tendo em 1994, conseguido assegurar 6 dos 21 lugares da Áustria (Parlamento Europeu, 2019). Por fim, o partido insere-se no grupo de partidos eurocéticos brandos (Taggart & Pirro, 2021: 8).

### **Considerações finais**

Os partidos de direita radical populista são bastante diversos, tendo alguns mais recentes, como a *Solução Grega*, criado em 2016, como também partidos mais velhos, nomeadamente, o *Partido da Liberdade da Áustria*, criado em 1959. Considero que esta variedade de partidos em análise pode ser bastante positiva, visto que nos permite perceber quais são os tópicos mais preocupantes para cada um. Outro ponto bastante positivo neste estudo é o facto de nem todos os partidos representarem o mesmo tipo de euroceticismo. Ou seja, o Partido *UKIP* e *Partido Popular da Dinamarca* inserem-se no grupo dos eurocético duros, algo que possa contribuir para uma análise mais completa.

No capítulo seguinte será apresentada a metodologia utilizada por este trabalho de investigação. Neste capítulo serão definidos os objetivos de investigação; será descrita a base de dados utilizada por este trabalho; as hipóteses de trabalho, bem como as variáveis da base de dados que serão utilizadas.

## Capítulo 3: Objetivos, Hipóteses e Metodologia

### Questão de investigação e Objetivos

Anteriormente, mostramos que este trabalho de investigação visa analisar a saliência do euroceticismo. Na divisão proposta por Taggart & Szczerbiak (2004), o euroceticismo divide-se em brando e duro, é com esta base que vamos procurar analisar a saliência do Euroceticismo nos materiais de campanha. Na tabela 3, vão ser apresentados os Partidos e o Tipo de Euroceticismo de cada um, vão ser estas a bases da nossa investigação:

Tabela 3: Tipo de Euroceticismo dos Partidos em análise

Partido	Euroceticismo: Brando ou Duro?	Características gerais:
Alternativa para a Alemanha	Brando	<i>Euroceticismo duro</i> , “opõe-se à ideia de integração europeia económica ou política”;  <i>Euroceticismo brando</i> , dividido em  <i>Euroceticismo Político</i> , “oposição ao aumento da significância do projeto europeu quer a nível político, quer a nível da integração europeia”  <i>Euroceticismo de Interesse Nacional</i> , os partidos usam como “argumento a defesa do interesse nacional nos debates da União Europeia, de forma a garantirem o apoio do eleitorado” (Taggart and Szczerbiak, 2004: 3-4).
Partido Popular da Dinamarca	Duro	
Partido dos Finlandeses	Brando	
Solução Grega	Brando	
Vox	Brando	
UKIP	Duro	
Partido da Liberdade da Áustria	Brando	

Tendo em conta a tabela anterior, é expectável que o estudo mostre que existe uma maior saliência do euroceticismo, para os partidos que pertencem ao grupo dos eurocéticos brandos, com materiais de campanha que defendam o interesse nacional do partido em estudo, apoiado em discursos anti-imigração. Os partidos de direita radical populista, *Partido Popular da Dinamarca e UKIP*, pertencem ao grupo do euroceticismo *duro*, espero encontrar materiais de campanha que apresentem a rejeição total do projeto europeu, apelando à saída do país da União Europeia.

Para este trabalho de investigação vão ser usados os dados do projeto '*Changing European Elections: O impacto dos resgates financeiros nas campanhas para o Parlamento Europeu*' onde estão codificados os materiais de campanha dos partidos de direita radical populista nas eleições para o Parlamento Europeu dos anos de 2009; 2014 e 2019.

Para a codificação da base de dados foi usado o método de análise de dados foi: a análise de conteúdo, em específico os cartazes, tempos de antena e comunicados de imprensa. A análise de conteúdo, até aos dias de hoje, “continua a ser o método mais usado para examinar de mensagens políticas” (Graber & Smith, 2005: 491). A análise de conteúdo é definida como: “uma técnica de investigação para fazer inferências replicáveis e válidas de textos (ou outro assunto significativo) para os contextos do seu uso” (Krippendorff, 2013, p. 24). Acrescentando à ideia anterior, Drisko & Maschi (2016:8), definem a análise de conteúdo como uma “família de técnicas de investigação para fazer inferências sistemáticas, credíveis ou válidas e replicáveis de textos e outras formas de comunicação”.

A análise de conteúdo consiste na leitura sistemática de textos, imagens, e materiais simbólicos seguindo uma orientação específica (Krippendorff, 2013). Como técnica de investigação a análise de conteúdo “garante ao investigador um entendimento de um fenómeno particular, ou informa de ações praticas” (Krippendorff, 2013: 24). Esta pode ser aplicada a todo o tipo de conteúdo, mensagens escritas, impressas ou gravadas (Graber, 2004).

Tal como qualquer método de investigação, a análise de conteúdo tem vantagens e desvantagens. Algumas vantagens são: “considerada uma “metodologia de cordão”, ou seja, é de trabalho intensivo e de pouco investimento capital; tem uma aplicação alargada para analisar vários de fenómenos culturas. Por fim, é considerada



uma metodologia segura, porque caso seja detetado um erro por parte do investigador pode, com facilidade, voltar aos dados originais (Woodrum, 1984: 5-6)

As principais desvantagens são: extremamente tediosa e demorada (Graber, 2004); “omitir temas importantes por codificar apenas uma parte das notícias” (Graber & Smith, 2005: 495); “está sujeito a maior erro, principalmente quando a análise é efetuada por várias pessoas” (Content Analysis Method and Examples | Columbia Public Health, 2022). Para combater o erro, para a nossa base de dados foram usados dois codebooks: um para a codificação dos tempos de antena e posters/ cartazes e outro para os comunicados de imprensa<sup>6</sup>. Os codebooks utilizados são adaptados da seguinte literatura (Maier et al., 2011; Maier et al., 2014).

Numa primeira fase vão ser apresentados os materiais de campanha codificados pelos três anos eleições de análise: 2009; 2014 e 2019.

*Tabela 4: Número total de Material de Campanha*

	Anúncios de TV	Cartazes	Comunicado de imprensa	Total
2009	3	11	122	136
2014	13	24	271	308
2019	18	55	16	18
Total	34	90	408	532

*Tabela 5: Total de Materiais de campanha disponibilizados na base de dados*

Partido/ Ano	Anúncios de TV	Cartazes	Comunicado de imprensa	Total
Alternativa para a Alemanha	8	66	38	112
Partido Popular da Dinamarca	3	12	3	18
Solução grega	4	3	3	10
Partido dos Finlandeses	3	0	3	6

<sup>6</sup> Ver anexo 2 para a codificação das variáveis.

Partido da Liberdade da Áustria	9	6	314	329
UKIP	4	1	43	48
VOX	3	2	4	9
Total	42	80	405	532

Na tabela 4 conseguimos observar uma maior percentagem de comunicados de imprensa em relação aos restantes materiais de campanha. Esta percentagem é, na sua maioria, pertencente ao *Partido da Liberdade da Áustria*.

O partido com menos materiais de campanha recolhidos é o partido *VOX*, um partido que foi criado apenas no ano de 2013, um ano antes das eleições europeias de 2014, com apenas 9 materiais de campanha recolhidos. Outro caso que se saliente é o Partido *Solução Grega*, que apesar de ter sido criado no ano de 2016, dois anos após as eleições europeias de 2014, este tem codificados 10 materiais de campanha.

A variável de interesse deste estudo é a saliência do Euroceticismo nos materiais de campanha. A saliência do Euroceticismo será medida com a ajuda dos temas, quer eles sejam nacionais ou europeus, saliência dos autores, temas, símbolos e clivagens. Os objetivos da nossa investigação vão-nos guiar para conseguirmos analisar a saliência do Euroceticismo nas campanhas dos partidos de direita radical.

O principal objetivo deste trabalho de investigação é analisar a saliência do Euroceticismo nas campanhas dos partidos de direita radical populista para o Parlamento Europeu nos anos de 2009; 2014 e 2019. Para esta análise vão ser usados os materiais de campanha dos partidos políticos (tempos de antena, cartazes/ posters e comunicados de imprensa). Para este efeito, esta dissertação visa atingir três objetivos de investigação:

1. Analisar os temas de Campanha dos Partidos de Direita Radical Populista nas eleições de 2009; 2014; 2019;
2. Perceber se os Materiais de Campanha mostram Euroceticismo;
3. Analisar três momentos eleitorais analisando se há um aumento da saliência do Euroceticismo.

Para a análise dos dados iremos utilizar o método quantitativo. Como visto anteriormente, uma das vantagens da análise de conteúdo é o facto de esta poder ser analisada quer quantitativamente quer qualitativamente. Tendo em conta que estamos à procura da saliência, ou não do Euroceticismo nas campanhas, este será medido em frequências relativas (apresentadas em percentagem, nesta investigação), ou seja, uma maior ou menor percentagem de saliência do euroceticismo nas três eleições em análise.

## Hipóteses

### Imigração

A direita radical populista, “é uma grande força para constranger e mudar como as políticas de imigração têm sido desenvolvidas em muitos países no século XX” (Schain 2006: 271). Os partidos de direita radical populista “opõem-se à nova forma de imigração e ainda à rejeição da diversidade cultural no estado” (Appel, 2012: 483). Seguindo o conceito de “*Nouvelle Droite*”, baseiam a exclusão de determinados grupos em contexto “cultural, que opõe diferentes raças, este conceito de “Nova Direita” acredita que existem diferenças biológicas que distinguem as pessoas” (Zaslove, 2008:179}

Para os partidos de direita radical populista o aumento do número de migrantes resulta:

(1) “na ameaça à identidade etnonacional; (2) no aumento da criminalidade e outras formas de insegurança nacional; (3) no aumento do número de desempregados; (4) no abuso do estado social, que nas democracias ocidentais resulta em menores subsídios do Estado para com os nativos” (Rydgren, 2008: 746).

Os partidos de direita radical populista consideram que a imigração em massa “constitui uma ameaça existencial à nação e ao estado” (Mudde, 2019: 23). A imigração e o aumento da diversidade levam ao aparecimento de um “dilema progressivo”, ou seja, a abertura das sociedades que acolhem imigrantes pode levar a dificuldades na manutenção do Estado Social. Por exemplo: o *Partido da Liberdade da Áustria*, em 2011 no seu programa eleitoral, escreveu “Áustria não é um país de imigração”, levando a

uma campanha para o aumento da natalidade. Em 2017, nas campanhas para a eleição geral, o partido *Alternativa para a Alemanha*, num cartaz de campanha, mostra a barriga de uma mulher branca com uma mensagem “Merkel diz que precisamos de emigrantes. Dizemos: Conseguimos fazê-los sozinhos!” (Dancygier, 2020: 60).

Nas últimas décadas, “o Mediterrâneo é o cemitério de muitos que tentam fazer a travessia para chegar à União Europeia” (Ferreira, 2016:1). A travessia de migrantes no Mediterrâneo é algo que acontece há vários anos, sendo esta a maior vaga de migração desde a Segunda Guerra Mundial, “as origens da crise são complexas, e é difícil explicar o boom de 2015, visto que, a guerra na Síria começou em 2011” (Brannan et al., 2016: 269). As repetidas tragédias no Mediterrâneo levaram a ação da União Europeia, criando a Agenda Europeia para as Migrações em 2015. Esta agenda pretende “compreender a crise migratória e oferece um framework destes problemas, pretendendo mostrar diferentes medidas de apoio às Fronteiras” (Ferreira, 2016:4).

**H1:** Maior saliência do tema de políticas de imigração após a crise do Mediterrâneo.

### **Crise da dívida soberana**

A crise internacional, foi sentida de uma forma mais ou menos intensa por todos os países da União Europeia. Porém, após o boom da crise económica internacional, vieram ao de cima outros problemas como o crescimento notável e insustentável das dívidas soberanas. A crise das dívidas soberanas, foi vista, como o maior problema da Europa, conhecido como a crise do Euro (Farto & Morais, 2013). Dentro da nossa análise, dos sete países estudados, dois deles necessitaram de resgate financeiro por parte da troika, Espanha e Grécia. Começamos a nossa análise pela Grécia.

A Grécia após “a adesão à União Económica e Monetária cresceu a um ritmo substancial” (Pinto, 2014: 28). Apesar deste crescimento substancial, aquando da sua entrada na União Europeia, em “abril de 2010, a Grécia pede o primeiro de quatro apoios a instituições internacionais, em específico à “União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional” (Farto & Morais, 2013:110).

A crise económica grega resultou de um acumular de problemas como: o gasto desregulado de dinheiro, levando a vários crimes como “suborno, corrupção” (Ozturk & Sozdemir, 2015:574). O resgate da Grécia foi necessário porque a dívida pública era, predominantemente, dívida externa, ou seja, não era apenas a Grécia que ia sofrer com o colapso da economia, outros países também seriam afetados; e, por fim, “o facto de a Grécia pertencer à Zona Euro, a bancarrota deste país poderia ser interpretada como uma falha da União Europeia” (Ozturk & Sozdemir, 2015:574).

Entre os anos de 1990 e 2007, Espanha apresentou um crescimento positivo, foi “registado um aumento do PIB em 3,2%; 20 milhões de pessoas estavam empregadas, e os imigrantes representavam 10% da população e também apresentava um estado social desenvolvido” No ano de 2007, este crescimento foi aniquilado, por um alto envidamento das famílias, bancos e empresas; o preço dos imóveis subiu de preço, e, um défice na competitividade internacional, principalmente de serviços e produtos (Sousa, 2021: 25). Quando a crise financeira atingiu Espanha assistiu-se a uma “rápida queda dos preços dos ativos e da habitação, a economia contraiu-se dramaticamente e o desemprego disparou rapidamente” (Fernández-Albertos & Kuo, 2016: 877).

A crise espanhola divide-se em dois grandes temas: a habitação e a desregulação do sistema bancário. No tema habitação, a crise sentiu-se pelo aumento, 80% do PIB para 180% do PIB, este aumento era suportado pelo grande influxo de capitais estrangeiros que suportavam este crescimento (Fernández-Albertos & Kuo, 2016: 877). No tema bancos, o sistema bancário espanhol era desregulado e ineficiente. Os políticos regionais geriam e regulavam as *cajas* (bancos de poupança). Estas *cajas* detinham metade de “todos os ativos bancários e não eram obrigados a divulgar os históricos de pagamento, taxas de empréstimo ou garantias ao Banco Central de Espanha” (Royo, 2020: 138), estando os bancos dependentes do setor imobiliário para contraírem empréstimos, “resultando num efeito de dominó que levou a uma ajuda financeira de 100 bilhões da União Europeia para salvar o setor bancário” (Royo, 2020: 136).

*H2: Os partidos dos países que necessitaram de resgate financeiro salientam a questão da dívida mais vezes do que os partidos dos países que não necessitaram de resgate financeiro.*

*H2a: Grécia salienta questões da dívida externa mais vezes do que os restantes países que não necessitaram de resgate financeiro.*

*H2b: Espanha salienta questões da dívida interna, especificamente habitação e/ou bancos do que os restantes que não necessitaram de resgate financeiro.*

## **Tratado de Maastricht**

O tratado de Maastricht tem como frase de abertura, com este tratado, “Pelo presente Tratado, as Altas Partes Contratantes instituem entre si uma União Europeia, adiante designada por «União». O tratado de Maastricht foi assinado no dia 7 de fevereiro de 1992, pelos 12 estados-membros (Laurson, 2013:1).

Este tratado teve como objetivo a construção de uma União Federal. Esta União Federal permitira a transferência de poderes nacionais para instituições centralizadas da União Europeia” (Goldstein, 1992: 119). Este tratado alterou várias instituições europeias que existiam anteriormente como a:

“Comunidade Económica Europeia passou a chamar-se União Europeia; a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço passou a ser a Comunidade Europeia de Energia Atómica, e ainda criou dois pilares de cooperação intergovernamental, Política Externa e de Segurança Comum e Justiça e Assuntos internos” (Laurson, 2013: 1).

A base institucional da União Europeia foi alterada, “foi criada a cidadania Europeia, a expansão dos poderes do Parlamento Europeu e decisões do Conselho poderiam ser tomadas por maioria qualificada” (Eichenberg & Dalton, 2007: 132).

Talvez das inovações mais importantes trazidas pelo tratado foi a Criação da União Económica e Monetária, este foi o primeiro ponto de desagrado dos cidadãos com a passagem de Comunidade Económica Europeia para a União Europeia. A União Económica e Monetária tinha uma grande importância, pois “serviria de forma a trocar as moedas nacionais por uma moeda comum, o Euro” (Eichenberg & Dalton, 2007: 140). De forma que esta troca fosse possível foram criados determinados critérios, os chamados critérios de convergência, estes eram:

“1. Taxa de inflação não podia ser superior a 1,5% da média dos três países com melhor desempenho;

2. A taxa nominal de juros de longo prazo não pode ser superior a 2% da média dos três países com melhor desempenho em termos de estabilidade de preços;

3. O déficit do governo não pode exceder 3% do PIB; A dívida do governo não pode exceder 60 por cento do PIB;

4. Observância das margens de flutuações normais do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (MER), sem desvalorização há pelo menos dois anos (Laursen, 2013: 5).

O tratado sofreu resistência por três razões:

“1. A Comunidade Europeia perdeu o equilíbrio na quebra temporária do Mecanismo de taxas de câmbio.

2. Os debates de ratificação na Dinamarca e em França expuseram a falta de compreensão e simpatia popular.

3, o tratado de união foi vítima das guerras financeiras e comerciais travadas entre as moedas fortes e fracas da Europa, Japão e os Estados Unidos” (Goldstein, 1992: 117).

Os partidos de direita radical populista “são um dos maiores opositores da unificação Europeia” (Vasilopoulou, 2018: 189). A diferença cultural e o “facto de as decisões, agora, serem tomadas por uma autoridade supranacional na União Europeia, vai contra a missão da direita radical populista de defesa da nação” (Vasilopoulou, 2018: 189). O euroceticismo nos partidos de direita radical populista “está ligado à oposição de imigração e a defesa da comunidade nacional e cultura contra estrangeiros” (Halikiopoulou et al., 2012:4).

Os partidos de direita radical populista acreditam que a “nação é uma comunidade orgânica pré-moderna e defende a sua homogeneidade através da promoção da diferença e da exclusividade” (Halikiopoulou et al., 2012:7). Sendo a União Europeia uma comunidade heterogénica, albergando uma série de culturas, vai contra a direita radical populista, visto que, esta tem como missão a proteção da nação de influências estrangeiras, sendo isto visível através do foco das suas campanhas, sendo a imigração. A ideologia nativista presente nos partidos de direita radical populista “alimenta a visão anti União Europeia e, ainda, a xenofobia” (Szöcsik & Polyakova, 2018: 3). Voltando a

tomar o tema imigração, os partidos de direita radical populista consideram que a “União Europeia promove uma imigração sem controlo, sendo esta responsável pela “islamização” do continente” (Vasilopoulou, 2018: 191).

*H3a: Os partidos dos países que aderiam antes da assinatura do tratado de Maastricht salientam questões de soberania nas campanhas.*

*H3b: Os partidos dos países que aderiam após a assinatura do tratado de Maastricht não salientam questões de soberania nas campanhas*

## **Metodologia**

Para a H1, que irá testar a saliência do tema da imigração pelos partidos de direita radical populista após a crise do Mediterrâneo, iremos utilizar os materiais de campanha das três eleições. Para isso iremos usar as seguintes variáveis:

1. Temas de campanha, o problema mencionado na campanha pelo ator. Esta variável encontra-se dividida em 16 tópicos (ver anexo 2). Nesta hipótese será usado o tópico 4, referente à migração com referência a: regras de imigração; controlo de fronteiras; terrorismo e imigração; direitos dos migrantes;
2. Papel da União Europeia de hoje para implementar a posição defendida: cultural em relação aos valores liberdade/ segurança, para esta variável vai usada a tabela 6 que se encontra dividida em clivagem identitária/cultural, iremos analisar o foco europeu, no qual se encontram: Os materiais de campanha dos partidos estão relacionados com a migração, o multiculturalismo e a abertura de fronteiras, salientes na arena europeia.



Tabela 6: Visibilidade da União Europeia. Foco Nacional e Foco Europeu

Visibilidade da EU: indicadores	Foco	
	Nacional	Europeu
<b>Clivagem Socioeconómica</b>	Os materiais de campanha dos partidos estão relacionados com a economia e finanças num âmbito mais nacional, a União Europeia é pouco mencionada (por ex: críticas dos partidos nacionais direcionadas ao governo atual pelo estado económico do país)	Os materiais de campanhas dos partidos estão relacionados com a economia e finanças, em específico na arena europeia, especificamente mensagens que refletem o estado económico de toda a União Europeia.
<b>Clivagem Cultural-identitário</b>	Os materiais de campanha dos partidos estão relacionados com a imigração, multiculturalismo e a abertura de fronteiras. Apenas saliente numa arena nacional	Os materiais de campanha dos partidos estão relacionados com a migração, o multiculturalismo e a abertura de fronteiras. Salientes na arena europeia.

Fonte: Code book da base de dados

Para H2, na qual estudaremos se os partidos de direita radical populista dos países que necessitaram de resgate financeiro salientam a questão da dívida mais vezes do que os partidos que não necessitaram. As variáveis usadas são as seguintes:

1. Referência a problema económico, esta variável descreve se há referência a um problema económico (financeiro/ dívida/ moeda/crescimento, etc.) geral ou específico da crise económica na Europa.
2. Para esta hipótese também será usado os temas de campanha, o problema mais importante mencionado pelo autor (ver anexo 2). Esta análise será feita com o auxílio do Tópico 1, onde se encontram codificados os problemas económicos dos materiais de campanha analisados, principalmente: as dívidas dos estados.

Posteriormente compararemos os partidos dos países que necessitaram de resgate financeiro, *Solução Grega* (Grécia) e *VOX* (Espanha). Com os restantes partidos dos países que não necessitaram de resgate: *Alternativa para a Alemanha* (Alemanha); *Partido Popular Dinamarquês* (Dinamarca); *Partido dos Finlandeses* (Finlândia) e *UKIP* (Reino Unido).

A H3, onde se vai investigar se os partidos da direita radical populista dos países que aderiram à União Europeia após a assinatura do tratado de Maastricht, mencionam as questões de soberania menos do que os partidos dos países que aderiram após a assinatura do tratado de Maastricht. Com a Variável “Problema mais importante mencionado”, o tópico 13, onde se encontram as questões constitucionais relacionadas com a União europeia (ver anexo 2), onde encontramos as questões de soberania no subtópico: 01 e 02, nas divisões de poder entre vários níveis

## **Conclusões finais**

Este estudo vai analisar vários partidos de direita radical populista de diversos estados-membros. Neste capítulo encontramos, a questão de investigação, objetivos e hipóteses da dissertação. Encontramos ainda, os métodos que vão ser utilizados para desenvolver a nossa investigação, as variáveis que vão ser utilizadas da base de dados que será utilizada para este estudo.

No capítulo seguinte, vai ser procedida à análise dos materiais de campanha procurando esclarecer as hipóteses apresentadas neste capítulo recorrendo a vários instrumentos de apresentação de dados como as tabelas e os gráficos.

## Capítulo 4: Euroceticismo nas campanhas? Análise dos anos de 2009; 2014 e 2019

Anteriormente, apresentámos a revisão da literatura, e com base nesta apresentamos a questão de investigação e as hipóteses desta investigação. Como foi referido, este estudo procurar perceber a saliência do euroceticismo nos materiais de campanha dos partidos de direita radical populista nos anos eleitorais de 2009; 2014 e 2019. Indo buscar as bases do euroceticismo de Taggart & Szcerbiak (2004), na sua divisão entre euroceticismo duro e brando, entenderemos qual dos dois é mais saliente tendo em conta as hipóteses estudadas.

Este capítulo encontra-se dividido pelas três hipóteses. Para o teste de hipóteses usaremos as variáveis, explicadas no capítulo anterior disponíveis, na base de dados. A nossa análise recorre também aos títulos dos materiais de campanha que se encontram disponíveis no anexo 2, de forma a não olhar apenas para o número, mas analisar também o título.

### Hipótese 1

A hipótese 1, visa investigar se houve uma maior saliência das políticas de imigração após a crise do Mediterrâneo. Para conseguirmos analisar esta hipótese vamos usar as seguintes variáveis:

1. “Problema mais mencionado na campanha pelo ator”, esta variável encontra-se dividida em 16 tópicos (ver anexo 2). Nesta hipótese será usado o tópico 4, referente à migração, com referência a: regras de imigração; controlo de fronteiras; terrorismo e imigração; direitos dos migrantes.
2. Papel da União Europeia de hoje para implementar a posição defendida: cultural em relação aos valores liberdade/ segurança, para esta variável vai usada a tabela 7.

Começamos com a análise do “problema mais referido” com o título do material de campanha. A tabela 7 apresenta o “problema mais referido” com o título de campanha no ano de 2009, referente ao Tópico imigração. Nesta tabela encontram-se as frequências relativas, dos dados referentes ao problema mais importante relativo à imigração e ainda a ideia geral da União Europeia. Com apenas dados do *Partido da Liberdade da Áustria*, percebemos que não foi encontrada qualquer posição que se

mostra quer agrado, quer descontentamento pela União Europeia. Apesar de não ser encontrada uma posição positiva ou negativa perante a União Europeia, com um total de 9,7% dos materiais de campanha recolhidos salientam a Política de Imigração da União Europeia.

*Tabela 7: Problema mais referido cruzado com a ideia geral da União Europeia em 2009*

		Positiva	Negativa	Equilibrado	Não aplicável
Política de Imigração da União Europeia	Partido da Liberdade da Áustria	-	-	-	9,7%
Regulação da Política de Imigração dentro da União Europeia	Partido da Liberdade da Áustria	-	-	-	0,8%

A tabela 8 apresenta os dados referentes ao ano de 2014, ano antes do boom da Crise de Migrantes do Mediterrâneo. A tabela 8, apresenta mais variáveis devido ao número de materiais de campanha que foram codificados. No ano de 2014, com mais materiais de campanha recolhidos, mais variáveis podem ser estudadas, estando apresentadas na tabela 8.

Destaca-se o partido *UKIP* e o *Partido da Liberdade da Áustria* com o problema em discussão a ser a Regulação da Política de Imigração dentro da União Europeia com 5,9% e 2,9%, respetivamente, atribuídos a este tópico. Apresentam também uma visão negativa da União Europeia. Destacam-se ainda os seguintes tópicos: a Política de Imigração da União Europeia; Regulação da Política de Imigração da União Europeia, com uma saliência de 4,3% e 2,2%, apesar de não apresentarem uma posição quer positiva ou negativa perante a União Europeia.

Tabela 8: Problema mais referido cruzado com a ideia geral da União Europeia em 2014

		Positiva	Negativa	Equilibrado	Não aplicável
Política de Imigração da União Europeia	Partido da Liberdade da Áustria	-	-	-	4,3%
Política de Imigração (não-União Europeia)	Partido da Liberdade da Áustria	-	-	-	0,8%
Regulação da Política de Imigração dentro da União Europeia	Partido da Liberdade da Áustria	-	2,9%	-	2%
	UKIP	-	5,9%	-	1,2%
Integração de Imigrantes	Alternativa para a Alemanha	6,7%	-	-	-
Multiculturalismo	Alternativa para a Alemanha	-	-	-	0,4%
Anti- Islão	Partido da Liberdade da Áustria	-	-	-	0,4%
Outros Tópicos	Alternativa para a Alemanha	-	-	-	0,4%
	Partido da Liberdade da Áustria	-	2,9%	-	-

No ano de 2019, tabela 9, devido a uma codificação mais reduzida de materiais de campanha, o número de variáveis volta a ser reduzido, estando limitado à Política de Imigração da União Europeia e ao Multiculturalismo.

No ano de 2019, a maior saliência de temas de imigração é feita pelo partido *Alternativa para a Alemanha* com 7,7% dos materiais de campanha a salientarem o tópico multiculturalismo, e com uma Ideia Geral da União Europeia negativa.

Tabela 9: Problema mais referido cruzado com a ideia geral da União Europeia em 2019

		Positiva	Negativa	Equilibrado	Não aplicável
Política de Imigração da União Europeia	Alternativa para a Alemanha	-	-	-	4,2%
	Partido Popular da Dinamarca	-	-	-	4,2%
	VOX	-	-	-	4,2%
Multiculturalismo	Alternativa para a Alemanha	-	7,7%	-	-

Consideramos que também que a variável “Papel da União Europeia de hoje para a implementação da posição avocada, numa variante cultural, em específico os valores da liberdade e da segurança”. Esta é importante para o nosso estudo, por diversas razões: 1, o fim das fronteiras levou à circulação facilitada de pessoas que necessitavam de imigrar do seu país de origem. A cultura e os costumes que estes trouxeram para o país de destino, não é a mesma que a cultura do país de destino, iniciando a fricção que os partidos de direita radical populista têm com imigrantes, visto que, os migrantes são (1) “uma ameaça à identidade etnonacional; (2) causa para o aumento da criminalidade e outras formas de insegurança nacional” (Rydgren, 2008: 746).

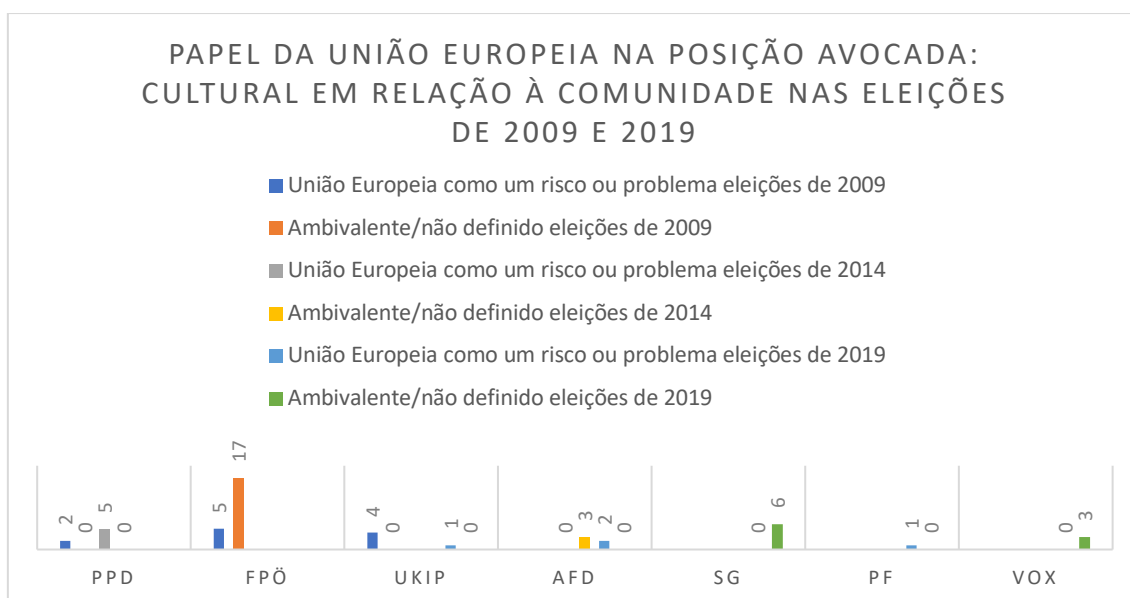
No gráfico 1 encontram-se os materiais de campanha recolhidos para a clivagem “Papel da União Europeia hoje para implementar a posição avocada: cultural sobre valores como a liberdade e a segurança”. Esta variável apresenta materiais de campanha codificados nos três anos eleitorais em análise.

Começamos no ano eleitoral de 2009, no qual foram recolhidos materiais e campanha do *Partido da Liberdade da Áustria* e do *Partido Popular da Dinamarca*. O Partido Popular da Dinamarca apresenta 2 materiais de campanha que refletem a União Europeia como um risco ou um problema. O *Partido da Liberdade da Áustria*, apresenta 17 materiais de campanha que refletem uma posição ambivalente/ não definida da União Europeia; e 5 materiais de campanha que apresentam a União Europeia com um risco / problema.

No ano eleitoral de 2014, foram codificados materiais de campanha do *Partido Popular da Dinamarca* e o *Partido da Alternativa para a Alemanha*. O *Partido Popular da Dinamarca* apresenta 5 materiais de campanha no qual a União Europeia é definida como um risco. O *Partido da Alternativa para a Alemanha*, apresenta 3 materiais de campanha que não têm uma posição definida em relação à União Europeia.

Por fim, no ano eleitoral de 2019, foram recolhidos materiais de campanha dos partidos: *UKIP*; *Partido Alternativa para a Alemanha*, *Partido dos Finlandeses* e *VOX*. Os partidos *UKIP*, *Alternativa para a Alemanha*, *Partido dos Finlandeses* apresentam materiais de campanha no qual a União Europeia é vista como um risco/ problema. Os restantes partidos, *Solução Grega* e *VOX*, nos materiais de campanha recolhidos não apresentam uma posição definida em relação à União Europeia.

Gráfico 1: Papel da União Europeia na posição avocada: cultural em relação à comunidade sobre valores de liberdade e segurança



Após a apresentação dos dados, a hipótese 1 é rejeitada. Ao longo dos três anos eleitorais de análise (2009; 2014 e 2019), não é perceptível uma maior saliência do tema. Nos anos de 2009 e 2014, 6 anos e 1 ano, respetivamente, antes da Crise do Mediterrâneo há mais materiais de campanha que salientam a Imigração do que no ano eleitoral de 2019. Conseguimos perceber pelo gráfico 1, que nas eleições de 2009, foi o ano em que mais materiais de campanha se referem à União Europeia como um risco, especificamente, o *Partido da Liberdade da Áustria*.

## Hipótese 2

A hipótese 2 pretende analisar se os partidos de direita radical populista dos países, como a Grécia e Espanha, que necessitaram de resgate financeiro fazem menção ao problema da crise da Zona Euro mais vezes do que os restantes partidos dos países que não necessitaram de resgate financeiro, como Dinamarca, Alemanha, Finlândia, Reino Unido. Para esta análise iremos usar as variáveis: menção de problema económico, com esta variável conseguimos perceber se os países fazem menção específica à Crise Económica. A outra variável utilizada será a variável do “problema mais importante” com a referência a problema económico, em específico a análise da “Banca e Regulação Bancária” e a “Dívida do Estado”.

A nossa análise começa nas eleições de 2009, tabela 10, com materiais de Campanha recolhidos do *Partido Popular Dinamarquês* e o *Partido da Liberdade de Áustria*. Do *Partido da Liberdade da Áustria*. Com um total de 295 materiais de campanha recolhidos, 62,4% dos materiais de campanha não faz referência à crise económica. O *partido da liberdade da Áustria*, em 16,8% materiais de campanha faz referência à crise económica. O *Partido Popular Dinamarquês* não registou nenhum material de campanha que faziam referência à Crise Económica. Não há dados do *Partido VOX* e *Solução Grega* porque à data das eleições europeias de 2009, ainda não tinham sido criados.

Tabela 10: Referência a problema económico no ano de 2009

	Sem Referência	Sim, referência geral	Sim, referência específica à crise económica
Partido Popular da Dinamarca	1,6%	-	-
Partido da Liberdade da Áustria	60,8%	0,6%	16,8%

Nas eleições de 2014, tabela 11, foram recolhidos materiais de campanha do partido *Alternativa para a Alemanha*; *Partido Popular Dinamarquês*; *Partido da Liberdade da Áustria*; *UKIP* e *VOX*. Destes partidos, o *VOX* é o único partido pertencente



a um país que necessitou de resgate financeiro, porém não faz menção à Crise Económica. Os partidos que fazem referência à Crise económica são: *Alternativa para a Alemanha* e o *Partido da Liberdade de Áustria*, com 2,7% e 5,1%, respetivamente do total de materiais de campanha.

Tabela 11: Referência a problema económico no ano de 2014

	Sem Referência	Sim, referência geral	Sim, referência específica à crise económica
Alternativa para a Alemanha	6,6%	1%	2,7%
Partido Popular da Dinamarca	1,2%	0,2%	-
Partido da Liberdade da Áustria	53,4%	20,7%	5,1%
UKIP	6,6%	1,4%	-
VOX	0,4%	0,2%	-

Por fim, nas eleições de 2019, tabela 12, dos materiais de campanha recolhidos dos partidos dos países que necessitaram de resgate financeiro, *Solução Grega* não fazem menção à crise económica. O Partido VOX, em 1,1% dos materiais de campanha faz referência à crise económica. Os restantes partidos dos países que não necessitaram de resgate financeiro, como a *Alternativa para a Alemanha* e *Partidos dos Finlandeses*, salientam a crise económica em 6,3% e 3,2% dos seus materiais de campanha, respetivamente.

Tabela 12: Referência a problema económico no ano de 2019

	Sem Referência	Sim, referência geral	Sim, referência específica à crise económica
Alternativa para a Alemanha	54,7%	-	6,3%
Partido Popular da Dinamarca	5,3%	1,1%	-
Solução Grega	7,4%	3,2%	-
Partido dos Finlandeses	1,1%	2,1%	3,2%
UKIP	2,1%	-	-
VOX	5,3%	-	1,1%

Para testar a Hipótese 2a, como visto na metodologia, vamos usar a variável “problema mais mencionado”, o tópico 1 economia, em específico o subtópico “Dívida do estado”. No ano de 2014, os partidos que salientam a dívida do estado é o *Partido da Liberdade da Áustria* apresenta um material de campanha (0,4%) que salienta a Dívida do Estado. Nos três anos eleitorais em análise o *Partido Solução Grega* não salienta a Dívida do Estado.

Para testar esta hipótese 2b, gráfico 3. Neste gráfico encontram-se o total dos materiais de campanha variável “Banca e regulação bancária”, presente no tópico 1 do “Problema mais importante referido”. Nas eleições de 2009, o Partido da Liberdade da Áustria salientou a Banca e regulação bancária em dois materiais de campanha (0,8%). Nas eleições de 2014, novamente, o *Partido da Liberdade da Áustria* salientou a Banca e Regulação Bancária, num material de campanha. No ano de 2019, não há materiais de campanha codificados que façam saliência à questão da “Banca e regulação Bancária”.

### Hipótese 3

Por fim, a Hipótese 3 que visa analisar se as questões de soberania que são características dos partidos de direita radical populista são realmente referidos nas campanhas para o Parlamento Europeu. A variável que será utilizada é “Qual o principal problema mencionado no material de campanha”, especificamente as questões constitucionais da União Europeia como a soberania. O que seria esperado desta hipótese seria esperado que os países que aderiram à União Europeia após a assinatura do tratado de Maastricht, como a Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Grécia, Espanha fariam mais saliência de questão de soberania. Na tabela 13, estão apresentadas as datas de adesão dos países dos partidos em análise.

*Tabela 13: Adesão dos países à União Europeia*

País	Data de Adesão
Alemanha	1958
Dinamarca	1973
Reino Unido	1973
Grécia	1981
Espanha	1986
Áustria	1995
Finlândia	1995

Para testar a hipótese 3, vamos recorrer à variável “problema mais mencionado”, em específico o Tópico 13 (ver anexo 2) referente a questões constitucionais. Dentro do Tópico 13 iremos utilizar o subtópico “Divisão de Poderes entre níveis políticos, ou seja, transferência de poderes para uma instituição supranacional, ver Gráfico 4.

Ao analisar a base de dados no ano eleitoral de 2009, o Partido Popular da Dinamarca e o Partido da Liberdade da Áustria, estes salientaram a questão “Divisão de Poderes entre Níveis Políticos” em 3% e 10,5%, respetivamente, dos materiais de campanha recolhidos.

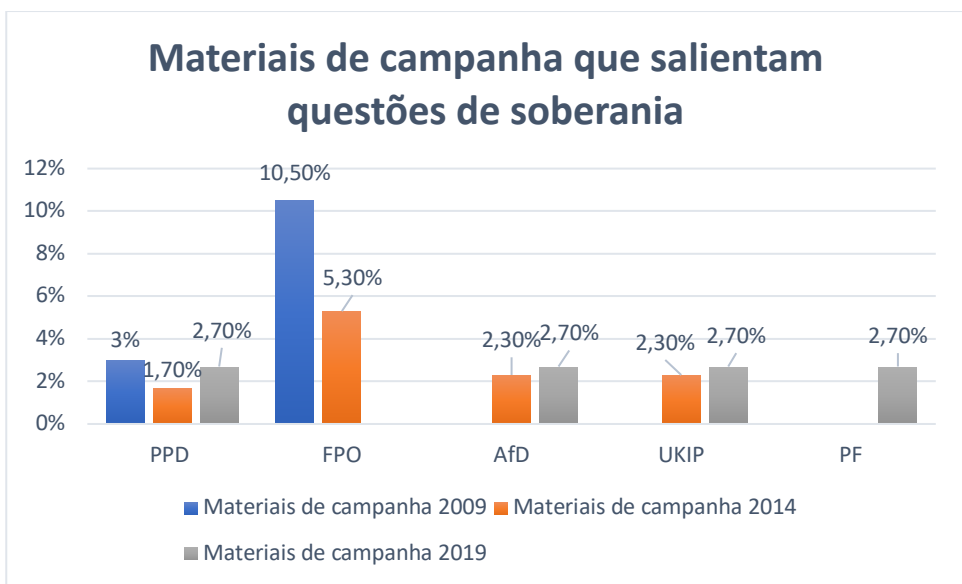
No ano eleitoral de 2014, o *Partido Alternativa para a Alemanha*; *Partido Popular da Dinamarca*, *Partido da Liberdade da Áustria* e o *Partido UKIP* salientaram a questão “Divisão de Poderes entre Níveis Políticos”. O valor mais alto é do Partido da Liberdade

da Áustria que salienta esta questão em 5,3% dos materiais de campanha recolhidos. O Partido Popular da Dinamarca. Os países que aderiram à União Europeia antes da assinatura do tratado de Maastricht, salientam a questão da “Divisão dos Poderes Políticos” em 2,3%, no máximo.

Por fim, no ano eleitoral de 2019, para esta questão “Divisão de Poderes entre Níveis Políticos”, foram recolhidos materiais do Partido Popular da Dinamarca e o Partido dos Finlandeses, UKIP, e Alternativa para a Alemanha. Destes partidos, o que faz mais saliência a esta questão são os partidos UKIP e Partido dos Finlandeses com 2,7% de saliência desta questão.

Apesar desta hipótese parecer comprovada, a diferença entre o total de saliência que os partidos dos países que aderiram à União Europeia antes da assinatura do tratado de Maastricht para os que aderiram após a assinatura do tratado, é reduzida. Como visto na tabela 13, há cinco países que aderiram antes da assinatura do tratado e dois que aderiram após a assinatura do mesmo. Ou seja, a análise desta hipótese está condicionada por estes dois fatores, não tenho segurança para afirmar que esta hipótese pode ser comprovada.

Gráfico 2: Materiais de campanha que salientam questões de soberania



## Conclusão

Relacionar os partidos de direita radical populista com o euroceticismo foi sempre algo que despertou a minha curiosidade em estudar, visto que, estes partidos nos seus discursos defendem temas que são opostos à instituição que é a União Europeia. Com discursos que promovem o nativismo e a proteção da nação, continua a ser complexo perceber o porquê de estes partidos continuarem a conseguir resultados bastante expressivos e representar uma boa parte da ala da Direita no Parlamento Europeu. Como dito anteriormente, a “Teoria das Eleições de Segunda Ordem” ajuda a explicar o porquê deste sucesso eleitoral, esta teoria esclarece que o sucesso destas eleições é para os partidos que se caracterizam por ser mais extremistas, mais pequenos e até mais recentes, estes partidos conseguem estes resultados através do chamado voto de protesto, ou seja, os eleitores votam nestes partidos de forma a penalizar os partidos que se encontram no governo (Reif & Schmitt, 1980; Marsh, 2005; Ehin & Talving, 2021). As campanhas, não menos importantes, continuam a ficar muito aquém do que seria esperado. As campanhas para o Parlamento Europeu são caracterizadas pela falta de compreensão das instituições europeias, onde se insere o Parlamento Europeu, os candidatos são desconhecidos, menos recursos despendidos nas campanhas e ainda a falta de cobertura dos media dos assuntos políticos da União Europeia (de Vreese, 2009; Gagateg, 2010).

Com o recurso aos dados disponibilizados pela base de dados do projeto *‘Changing European Elections: O impacto dos resgates financeiros nas campanhas para as Eleições do Parlamento Europeu’*, é possível fazer uma análise mais profunda ao longo dos 10 anos com as mudanças que ocorreram na Europa, nomeadamente a crise das dívidas soberanas e ainda a crise dos migrantes no ano de 2015. Com isto em mente, este estudo contribuiu para abrir horizontes no que concerne às campanhas destes partidos para as eleições do Parlamento Europeu.

A primeira hipótese analisada relaciona-se com a imigração, mais especificamente, com o discurso xenófobo e nativista dos partidos de direita radical populista. Um dos pilares da União Europeia é a “livre circulação de bens e pessoas”, permitindo fluxos migratórios facilitados. No ano de 2015, com o *boom* da crise migratória do mediterrâneo, parte dos migrantes que chegava às Ilhas Gregas ou Itália,

não tinha como destino estes países, mas os países da Europa Central como a Alemanha, onde pudessem ter a estabilidade que não era possível na sua terra natal. Apesar do *boom* da crise ter sido em 2015, como dito anteriormente, a nossa análise recaiu nas três eleições em análise de forma a conseguirmos estabelecer uma comparação entre os diferentes anos. Concluimos que esta hipótese é rejeitada. Na nossa análise conseguimos perceber que a saliência dos temas de imigração não aumentou nas eleições após a Crise do Mediterrâneo, as eleições de 2019, há uma maior saliência nas eleições de 2009 e 2014.

A segunda hipótese de estudo, encontra-se dividida em três, a primeira uma hipótese que procurou entender se os partidos dos países que necessitaram de resgate financeiro como o *VOX* (Espanha) e *Solução Grega* (Grécia), referem mais vezes a crise económica nas suas campanhas do que os partidos que não necessitaram de resgate financeiro. A segunda parte desta hipótese vai focar em específico a questão da dívida grega, em específico a dívida externa. Por fim, a terceira parte, tal como a segunda vai ao cerne da crise espanhol, nomeadamente a questão da banca. Concluimos que esta hipótese é rejeitada.

Para finalizar, a análise da saliência do euroceticismo dos partidos de direita radical populista que aderiram à União Europeia antes a assinatura do tratado de Maastricht. Este tratado foi um grande marco para a União Europeia, com diversas alterações, sendo a mais notável o nome, passando de Comunidade Económica Europeia para União Europeia, uma instituição com poderes mais amplos do que a Comunidade Económica Europeia. Esta hipótese não é comprovada. Porque a diferença entre a saliência dos partidos que aderiam à União Europeia após a assinatura do Tratado de Maastricht, e os que aderiam antes da assinatura não é suficiente para conseguirmos comprovar esta hipótese.

Esta investigação tinha como objetivo principal analisar a saliência do Euroceticismo nas campanhas para o Parlamento Europeu dos Partidos de Direita Radical e considero que conseguiu responder aos três sub-objetivos propostos inicialmente, como a análise das campanhas dos partidos de direita radical populista; analisar a saliência do euroceticismo nas campanhas dos partidos de direita radical e analisar três momentos eleitorais analisando se há um aumento da saliência do

Euroceticismo. Comprovando que o Euroceticismo, ao longo dos três anos de análise vai sendo mencionado por todos os partidos em análise. Porém, não se nota um aumento.

Contudo, nenhum estudo desenvolvido é feito sem adversidades, este estudo contou com a utilização de instrumentos de comunicação política, os já referidos tempos de antena, cartazes/ posters e os comunicados de empresa. Porém, considero que a longo prazo a investigação possa ser mais rica se a estes elementos de comunicação política fossem adicionados: os debates, quer seja em televisão, quer os debates parlamentares, e tendo em conta a crescente importância das redes sociais para as campanhas políticas seria interessante a inclusão destes para o estudo permitindo um mais alargado estudo dos instrumentos de campanha. Outra adversidade sentida ao longo do estudo, foi o facto de alguns dos partidos analisados serem muito recentes, como o caso do *partido Solução Grega*, fundado apenas em 2016, ou seja, a literatura existente para este partido é muito reduzida até mesmo quase nula, tendo de se recorrer a um programa de tradução para conseguir traduzir de grego para português de forma a completar o estudo.

De forma a concluir, para a investigação futura considero que seja interessante a análise das campanhas do espectro político da direita, tendo em conta a grande variedade de partidos de direita acredito que possam surgir resultados curiosos. Outro foco poderia ser a análise dos partidos opostos, ou seja, partidos de direita radical populista e partidos de esquerda radical populista, analisar se há assim tanto que os distingue, quais os pontos em que se cruzam, considero que possa vir a ser relevante para o estudo dos partidos radicais populistas atualmente.





## Referências Bibliográficas

- Appel, M. (2012). Anti-Immigrant Propaganda by Radical Right Parties and the Intellectual Performance of Adolescents. *Political Psychology*, 33(4), 483–493. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2012.00902.x>
- Barrio, A., Alonso Sáenz de Oger, S., & Field, B. N. (2021). VOX Spain: The Organisational Challenges of a New Radical Right Party. *Politics and Governance*, 9(4), 240–251. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i4.4396>
- Beach, D., Hansen, K. M., & Larsen, M. V. (2017). How Campaigns Enhance European Issues Voting During European Parliament Elections. *Political Science Research and Methods*, 6(4), 791–808. <https://doi.org/10.1017/psrm.2017.6>
- Berning, C. C. (2017). Alternative für Deutschland (AfD) – Germany’s New Radical Right-wing Populist Party. *Ifo DICE Report*, 15(4), 16–19. <https://www.econstor.eu/handle/10419/181255>
- Betz, H.-G. (1994). *Radical Right-Wing Populism in Western Europe*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-23547-6>
- Betz, H.-G. (2019). Facets of nativism: a heuristic exploration. *Patterns of Prejudice*, 53(2), 111–135. <https://doi.org/10.1080/0031322x.2019.1572276>
- Brannan, S., Campbell, R., Davies, M., English, V., Mussell, R., & Sheather, J. C. (2016). The Mediterranean refugee crisis: ethics, international law and migrant health. *Journal of Medical Ethics*, 42(4), 269–270. <https://doi.org/10.1136/medethics-2016-103444>
- Britannica. (2022). *Encyclopædia Britannica*.

- Bustikova, L. (2014). Revenge of the Radical Right. *Comparative Political Studies*, 47(12), 1738–1765. <https://doi.org/10.1177/0010414013516069>
- Caiani, M. (2017). Nationalism, populism and the rebirth of statehood in Europe. In A. Grimm (Ed.), *The Crisis Of The European Union: Challenges, Analyses, Solutions* (pp. 91–103). Oxon: Routledge.
- Caiani, M., & Císař, O. (2019). Movements, Parties, and Movement Parties of the radical Right Towards a unified approach? In M. Caiani & O. Císař (Eds.), *Radical Right Movement Parties in Europe*. Routledge.
- Canovan, M. (1999). Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. *Political Studies*, 47(1), 2–16. <https://doi.org/10.1111/1467-9248.00184>
- Casals, X. (2020). El ultranacionalismo de Vox. Cinco Claves para Comprender “La España Viva.” *Grand Place Pensamiento Y Cultura Pentsamendua Eta Kultura*, 13, 27–35.
- Casals, X. (2021). Vox, Chega e Ultradireita. In C. Honório & J. Mineiro (Eds.), *Novas e Velhas Extremas-Direitas. Como explicar os fenómenos Chega, Vox, Frente Nacional, Liga, Trump ou Bolsonaro, entre outros?* Parsifal.
- Castelli, F. (2019). *EU-related discussions in 2019 Spanish general elections: a Twitter study* - *EuVisions*. EuVisions. <https://web.archive.org/web/20200206151452/http://www.euvisions.eu/eu-related-discussions-in-2019-spanish-general-elections-a-twitter-study/>
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors. (2022, September 29). *Cronologia da UE*. Mne.gov.pt. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/cronologia-da-ue>
- Christiansen, F. J. (2016). The Danish People’s Party: combining cooperation and radical positions. In T. Akkerman, S. de Lange, & M. Rooduijn (Eds.), *Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe* (pp. 94–112). Routledge.

*Content Analysis Method and Examples | Columbia Public Health.* (2022). Columbia.edu.

<https://www.publichealth.columbia.edu/research/population-health-methods/content-analysis>

Dancygier, R. (2020). Another Progressive's Dilemma: Immigration, the Radical Right & Threats to Gender Equality. *Daedalus*, 149(1), 56–71.

<https://www.jstor.org/stable/48563032>

de Vreese, C. (2003). *Framing Europe : Television News and European integration* [PhD].

de Vreese, C. (2009). Second-Rate Election Campaigning? An Analysis of Campaign Styles in European Parliamentary Elections. *Journal of Political Marketing*, 8(1), 7–19.

<https://doi.org/10.1080/15377850802603424>

Decker, F. (2016). The “Alternative for Germany:” Factors Behind its Emergence and Profile of a New Right-wing Populist Party. *German Politics and Society*, 34(2), 1–

16. <https://doi.org/10.3167/gps.2016.340201>

Drisko, J. W., & Maschi, T. (2016). *Content analysis*. Oxford University Press.

Duyvendak, J. W., & Kesic, J. (2014). *The Rise of Nativism in Europe*. EuropeNow; Council of European Studies. <https://www.europenowjournal.org/2018/01/31/the-rise-of-nativism-in-europe/>

Eckhardt, W. (1991). Authoritarianism. *Political Psychology*, 12(1), 97–124.

<https://doi.org/10.2307/3791348>

Ehin, P., & Talving, L. (2021). Still second-order? European elections in the era of populism, extremism, and euroskepticism. *Politics*, 41(4), 467–485.

<https://doi.org/10.1177/0263395720986026>

- Eichenberg, R. C., & Dalton, R. J. (2007). Post-Maastricht Blues: The Transformation of Citizen Support for European Integration, 1973–2004. *Acta Politica*, 42(2), 128–152. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500182>
- Ennsner-Jedenastik, L. (2016). A Welfare State for Whom? A Group-based Account of the Austrian Freedom Party's Social Policy Profile. *Swiss Political Science Review*, 22(3), 409–427. <https://doi.org/10.1111/spsr.12218>
- European Parliament. (2019). 2019 European elections: National rules. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2018/623556/EPRS\\_ATAG\(2018\)623556\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2018/623556/EPRS_ATAG(2018)623556_EN.pdf)
- Fangen, K., & Skjelsbæk, I. (2020). Editorial: special issue on gender and the far right. *Politics, Religion & Ideology*, 21(4), 411–415. <https://doi.org/10.1080/21567689.2020.1851866>
- Farto, M., & Morais, H. (2013). A crise da dívida soberana: uma reflexão a meio da ponte (II). *Janus*, 3.
- Fernandez, L. (2013). Nativism and xenophobia. In I. Ness (Ed.), *The Encyclopedia of Global Human Migration*. Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781444351071.wbeghm386>
- Fernández-Albertos, J., & Kuo, A. (2016). Economic Hardship and Policy Preferences in the Eurozone Periphery. *Comparative Political Studies*, 49(7), 874–906. <https://doi.org/10.1177/0010414016633224>
- Ferreira, C. (2019). Vox como representante de la derecha radical en España: un estudio sobre su ideología. *Revista Española de Ciencia Política*, 51, 73–98. <https://doi.org/10.21308/recp.51.03>

- Ferreira, S. (2016). Migratory Crisis in the Mediterranean: Managing Irregular Flows. *Stability: International Journal of Security & Development*, 5(1).  
<https://doi.org/10.5334/sta.441>
- Flood, C., & Usherwood, S. (2007). Ideological factors in party alignments on the EU: a Comparison of three cases. *European Union Studies Association (EUSA) > Biennial Conference > 2007 (10th), May 17-19, 2007*.
- Ford, R., & Goodwin, M. (2014). Understanding UKIP: Identity, Social Change and the Left Behind. *The Political Quarterly*, 85(3), 277–284.  
<https://doi.org/10.1111/1467-923x.12099>
- Gagatek, W. (2010). Campaigning in the European Parliament elections. In W. Gagateg (Ed.), *The 2009 Elections to the European Parliament Country Reports* (pp. 13–21). European University Institute.
- Gattermann, K., & de Vreese, C. (2020). Awareness of Spitzenkandidaten in the 2019 European elections: The effects of news exposure in domestic campaign contexts. *Research & Politics*, 7(2). <https://doi.org/10.1177/2053168020915332>
- Goldstein, W. (1992). Europe after Maastricht. *Foreign Affairs*, 71(5), 117–132.  
<https://doi.org/10.2307/20045407>
- Graber, D. A. (2004). Methodological Developments in Political Communication Research. In L. L. Kaid (Ed.), *Handbook of Political Communication Research* (pp. 45–67). Routledge.
- Graber, D. A., & Smith, J. M. (2005). Political Communication Faces the 21st Century. *Journal of Communication*, 55(3), 479–507. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2005.tb02682.x>

- Guia, A. (2016). The concept of nativism and anti-immigrant sentiments in Europe. *Cadmus.eui.eu*. <https://doi.org/1830-7728>
- Halikiopoulou, D., Nanou, K., & Vasilopoulou, S. (2012). The paradox of nationalism: The common denominator of radical right and radical left euroscepticism. *European Journal of Political Research*, 51(4), 504–539. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2011.02050.x>
- Hatakka, N. (2021). Between Horizontality and Centralisation: Organisational Form and Practice in the Finns Party. *Politics and Governance*, 9(4), 296–306. <https://doi.org/10.17645/pag.v9i4.4560>
- Heinisch, R., & Hauser, K. (2016). The mainstreaming of the Austrian Freedom Party The more things change.... In T. Akkerman, S. L. de Lange, & M. Rooduijn (Eds.), *Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe Into the mainstream?* Routledge.
- Hix, S., & Marsh, M. (2007). Punishment or Protest? Understanding European Parliament Elections. *The Journal of Politics*, 69(2), 495–510. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2007.00546.x>
- Hooghe, L., & Marks, G. (2007). Sources of Euroscepticism. *Acta Politica*, 42(2-3), 119–127. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500192>
- Jungar, A.-C. (2016). From the mainstream to the margin? The radicalisation of the True Finns. In T. Akkerman, S. L. de Lange, & M. Rooduijn (Eds.), *Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe Into the mainstream?* Routledge.
- Klikauer, T. (2018). Germany's New Right-wing Populist Party – the Alternative for Germany. *Czech Journal of Political Science*, 25(3), 250–269. <https://doi.org/10.5817/pc2017-3-250>

- Kopecký, P., & Mudde, C. (2002). The Two Sides of Euroscepticism. *European Union Politics*, 3(3), 297–326. <https://doi.org/10.1177/1465116502003003002>
- Kornetis, K. (2019). Public Memory of the Transitions in Spain and Greece: Toward a Change of Script? In M. E. Cavallaro & K. Kornetis (Eds.), *Rethinking Democratisation in Spain, Greece and Portugal*. Palgrave Macmillan.
- Krouwel, A., & Abts, K. (2007). Varieties of Euroscepticism and Populist Mobilization: Transforming Attitudes from Mild Euroscepticism to Harsh Eurocynicism. *Acta Politica*, 42(2), 252–270. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500187>
- Krzyżanowski, M. (2013). From Anti-Immigration and Nationalist Revisionism to Islamophobia Continuities and Shifts in Recent Discourses and Patterns of Political Communication of the Freedom Party of Austria (FPÖ). In R. Wodak, M. KhosraviNik, & B. Mral (Eds.), *Right-Wing Populism in Europe Politics and Discourse*. Bloomsbury Publishing.
- Laursen, F. (2013). The Treaty of Maastricht. In E. Jones, A. Menon, & S. Weatherill (Eds.), *The Oxford Handbook of the European Union*. Oxford University Press.
- Leconte, C. (2010). *Understanding euroscepticism*. Palgrave Macmillan.
- Lees, C. (2018). The “Alternative for Germany”: The rise of right-wing populism at the heart of Europe. *Politics*, 38(3), 295–310. <https://doi.org/10.1177/0263395718777718>
- Lilleker, D. G. (2006). *Key concepts in political communication*. Sage.
- Lippard, C. D. (2011). Racist Nativism in the 21st Century. *Sociology Compass*, 5(7), 591–606. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2011.00387.x>

- Magone, J. (2015). Divided Europe? Euroscepticism in Central, Eastern and Southern Europe. In K. N. Demetriou (Ed.), *The European Union in Crisis*. Springer International Publishing.
- Maier, M., Adam, S., de Vreese, C., Leidecker-Sandmann, M., Eugster, B., Schmidt, F., & Antiwittenberg, E. (2014). *Politicization of EU integration. Codebook for a content analysis of media and party communication*.
- Maier, M., Adam, S., de Vreese, C., Schuck, A. R. T., Berganza, R., Stetka, V., Negrine, R., Jalali, C., Seeber, G. U. H., Raycheva, L., Róka, J., Dobek-Ostrowska, B., & Grusell, M. (2011). Between Integration and Demarcation: Effects of Europeanized and National Campaigns on Voters in the 2009 European Parliament Election. In M. Maier, J. Strömbäck, & L. L. Kaid (Eds.), *Political communication in European Parliamentary Elections* (pp. 233–256). Ashgate Publishing limited.
- Marquart, F., Goldberg, A. C., & de Vreese, C. H. (2020). “This time I’m (not) voting”: A comprehensive overview of campaign factors influencing turnout at European Parliament elections. *European Union Politics*, 21(4), 680–705.  
<https://doi.org/10.1177/1465116520943670>
- Marsh, M. (1998). Testing the Second-Order Election Model after Four European Elections. *British Journal of Political Science*, 28(4), 591–607.  
<https://doi.org/10.1017/s000712349800026x>
- Meret, S. (2009). *The Danish People’s Party, the Italian Northern League and the Austrian Freedom Party in a Comparative Perspective: Party Ideology and Electoral Support* [PhD].
- Mudde, C. (2004). The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541–563.  
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>



- Mudde, C. (2007). *Populist Radical Right Parties in Europe*. Cambridge University Press.  
<https://doi.org/10.1017/cbo9780511492037>
- Mudde, C. (2010). The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy. *West European Politics*, 33(6), 1167–1186. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.508901>
- Mudde, C. (2017). Introduction to the populist radical right. In C. Mudde (Ed.), *The Populist Radical Right*. Routledge.
- Mudde, C. (2019). *The far right today*. Polity Press.
- Nielsen, M. S. (2017). *The framing of Euroscepticism in DF, AfD and FN: Contemplating Euroscepticism in the European right-wing* [Master's Thesis].
- Norris, P., & Reif, K. (1997). Second-order elections. *European Journal of Political Research*, 31(1), 109–124. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.00308>
- Nulty, P., Theocharis, Y., Popa, S. A., Parnet, O., & Benoit, K. (2016). Social media and political communication in the 2014 elections to the European Parliament. *Electoral Studies*, 44, 429–444. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.04.014>
- Oliveira, S. de. (1989). Reino Unido. In *Polis*.
- Ozturk, S., & Sozdemir, A. (2015). Effects of Global Financial Crisis on Greece Economy. *Procedia Economics and Finance*, 23, 568–575. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00441-4](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00441-4)
- Pasquino, G. (2009). *Curso de Ciência Política*. Principia.
- Pasquino, G., & Valbruzzi, M. (2019). The 2019 European Elections: a “second-order” vote with “first-order” effects. *Journal of Modern Italian Studies*, 24(5), 736–756.  
<https://doi.org/10.1080/1354571x.2019.1681706>
- Peniche, A. (2021). Belas, recatas e do Lar. In C. Honório & J. Mineiro (Eds.), *Novas e Velhas Extremas-Direitas*. Parsifal.

- Pinto, M. P. de F. (2014). *A crise da dívida soberana na área do Euro* [Dissertation].
- Reif, K., & Schmitt, H. (1980). Nine Second-Order National Elections- A Conceptual Framework for the Analysis of European Elections Results. *European Journal of Political Research*, 8(1), 3–44. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1980.tb00737.x>
- Rooduijn, M., Van Kessel, S., Froio, C., De Lange, S., Halikiopoulou, D., Lewis, P., Mudde, C., & Taggart, P. (2019). *The PopuList: An Overview of Populist, Far Right, Far Left and Eurosceptic Parties in Europe*. [www.popu-list.org](http://www.popu-list.org).
- Royo, S. (2020). From Boom to Bust: The Economic Crisis in Spain 2008–2013. *Why Banks Fail*, 119–140. [https://doi.org/10.1057/978-1-137-53228-2\\_4](https://doi.org/10.1057/978-1-137-53228-2_4)
- Rydgren, J. (2004). Explaining the Emergence of Radical Right-Wing Populist Parties: The Case of Denmark. *West European Politics*, 27(3), 474–502. <https://doi.org/10.1080/0140238042000228103>
- Rydgren, J. (2008). Immigration sceptics, xenophobes or racists? Radical right-wing voting in six West European countries. *European Journal of Political Research*, 47(6), 737–765. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2008.00784.x>
- Rydgren, J. (2018). Introduction. In *The Oxford Handbook of the Radical Right*. Oxford University Press.
- Sampaio, N. (2019). *Eleições na União Europeia*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos.
- Sandel, M. J. (2018). Populism, liberalism, and democracy. *Philosophy & Social Criticism*, 44(4), 353–359. <https://doi.org/10.1177/0191453718757888>
- Sanders, J. (2012). *The Freedom Party of Austria and the Rise of Euroscepticism*. <https://www.e-ir.info/2012/07/31/the-freedom-party-of-austria-and-the-rise-of-eurospcepticism/>

- Santos, F. (2021). O projeto da nova lei da memória democrática na Espanha: antinegacionismo, justiça e direito à verdade. *31º Simpósio Nacional de História*.  
[https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1629430936\\_ARQUIVO\\_aa1b39acb6a2bf3be4c0183029e5bced.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1629430936_ARQUIVO_aa1b39acb6a2bf3be4c0183029e5bced.pdf)
- Schaal, I., & Galvagno, L. (2013). O Federalismo Alemão e o Modelo das Cidades-Estado Uma abordagem político-jurídica da história e do desenvolvimento do princípio estruturante alemão com enfoque especial nas cidades-Estado. *Cadernos Adenauer*, xviii(3).
- Schain, M. A. (2006). The extreme-right and immigration policy-making: Measuring direct and indirect effects. *West European Politics*, 29(2), 270–289.  
<https://doi.org/10.1080/01402380500512619>
- Schieder, S., & Magone, J. M. (2016). Germany. In D. Viola (Ed.), *Routledge Handbook of European Elections*. Routledge Handbooks.
- Schmitt, H. (2005). The European Parliament Elections of June 2004: Still Second-Order? *West European Politics*, 28(3), 650–679.  
<https://doi.org/10.1080/01402380500085962>
- Schmitt, H., & Teperoglou, E. (2015). The 2014 European Parliament Elections in Southern Europe: Second-Order or Critical Elections? *South European Society and Politics*, 20(3), 287–309. <https://doi.org/10.1080/13608746.2015.1078271>
- Schroeder, W., & Weßels, B. (2020). Die Alternative für Deutschland. *Sozial Extra*, 44(2), 97–101. <https://doi.org/10.1007/s12054-020-00268-5>
- Schwörer, J. (2018). ALTERNATIVE FÜR DEUTSCHLAND: From the streets to the Parliament? In M. Caiani & O. Císař (Eds.), *Radical Right Movement Parties in Europe*. Routledge.

- Severiano Teixeira, N. (2018). Três reflexões inacabadas sobre populismo e democracia. *Relações Internacionais*, 59, 75–83. <https://doi.org/10.23906/ri2018.59a06>
- Silva, P., Jalali, C., Moniz, J., & Macêdo, M. (2021). A fistful of followers: the resilience of the second-order campaign model? *European Politics and Society*, 23(3), 1–20. <https://doi.org/10.1080/23745118.2020.1869888>
- Solução Grega*. (2022, February 3). Ελληνική Λύση. <https://elliniki-lisi.gr/>
- Sousa, C. V. dos S. (2021). *Crise da Espanha: Política, Economia, Sociedade e Direito*. Dialética.
- Strömbäck, J., Maier, M., & Kaid, L. L. (2011). Political communication and election campaign for the European Parliament. In M. Maier, J. Strömbäck, & L. L. Kaid (Eds.), *Political Communication in European Parliamentary Elections*. Routledge.
- Strömbäck, J., & Kaid, L. L. (Eds.). (2008). *The handbook of election news coverage around the world*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- Szöcsik, E., & Polyakova, A. (2018). Euroscepticism and the electoral success of the far right: the role of the strategic interaction between center and far right. *European Political Science*, 18, 400–420. <https://doi.org/10.1057/s41304-018-0162-y>
- Taggart, P. (1998). A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. *European Journal of Political Research*, 33(3), 363–388. <https://doi.org/10.1023/a:1006853204101>
- Taggart, P., & Pirro, A. L. P. (2021). European populism before the pandemic: ideology, Euroscepticism, electoral performance, and government participation of 63 parties in 30 countries. *Italian Political Science Review/Rivista Italiana Di Scienza Politica*, 51(3), 1–24. <https://doi.org/10.1017/ipo.2021.13>

- Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2004). Contemporary Euroscepticism in the party systems of the European Union candidate states of Central and Eastern Europe. *European Journal of Political Research*, 43(1), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2004.00143.x>
- Tillman, E. R. (2016). Authoritarianism and Support for Populist Radical Right Parties. In *Authoritarianism and the Evolution of West European Electoral Politics*. Oxford.
- UKIP. (2022). UKIP. Ukip.org. <https://www.ukip.org/about-UKIP>
- Usherwood, S. (2016). The UK Independence Party: the dimensions of mainstreaming. In T. Akkerman, S. de Lange, & M. Rooduijn (Eds.), *Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe: Into the Mainstream?* Routledge.
- van der Brug, W., & de Vreese, C. H. (2016). Introduction. In W. van der Brug & C. H. de Vreese (Eds.), *(Un)intended consequences of EU parliamentary elections*. Oxford University Press.
- van Elsas, E. J., Goldberg, A. C., & de Vreese, C. H. (2018). EU issue voting and the 2014 European Parliament elections: a dynamic perspective. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 29(3), 341–360. <https://doi.org/10.1080/17457289.2018.1531009>
- Vasilopoulou, S. (2009). Varieties of Euroscepticism: The Case of the European Extreme Right. *Journal of Contemporary European Research*, 5(1), 3–23. <https://doi.org/10.30950/jcer.v5i1.106>
- Vasilopoulou, S. (2018). The Radical Right and Euroscepticism. In J. Rydgren (Ed.), *The Oxford Handbook of Radical Right*. Oxford University Press.
- Weßels, B. (2007). Discontent and European Identity: Three Types of Euroscepticism. *Acta Política*, 42, 287–306. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.5500188>

- Wodak, R., & Rheindorf, M. (2019). The Austrian Freedom Party. In A. Waring (Ed.), *The New Authoritarianism: Vol. 2: A Risk Analysis of the European Alt-Right Phenomenon*. Columbia University Press.
- Wolf, T. (2016). Is the Alternative for Germany Really Right-Wing Populist? *Czech Journal of Political Science*, 23(2), 149–163. <https://doi.org/10.5817/pc2016-2-149>
- Woodrum, E. (1984). “Mainstreaming” content analysis in social science: Methodological advantages, obstacles, and solutions. *Social Science Research*, 13(1), 1–19. [https://doi.org/10.1016/0049-089x\(84\)90001-2](https://doi.org/10.1016/0049-089x(84)90001-2)
- Zaslove, A. (2008). Exclusion, Community, and a Populist Political Economy: The Radical Right as an Anti-Globalization Movement. *Comparative European Politics*, 6, 169–189. <https://doi.org/10.1057/palgrave.cep.6110126>

## Anexos

### Anexo 1: Partidos em análise

País	Partido	Direita Radical	Populista	Eurocético
Áustria	FPÖ	Sim	Sim	Sim
Dinamarca	Partido Popular Dinamarquês	Sim	Sim	Sim
Finlândia	Partido dos Finlandeses	Sim	Sim	Sim
Grécia	Solução Grega	Sim	Sim	Sim
Alemanha	Alternativa para a Alemanha	Sim	Sim	Sim
Espanha	VOX	Sim	Sim	Sim
Reino Unido	Partido da Independência do Reino Unido	Sim	Sim	Sim

Fonte: (Rooduijn et al., 2019)

## Anexo 2: Lista de Tópicos

<b>TOPIC01 Economy</b>	<p>01 The Euro (e.g. currency rate, inflation, stability)</p> <p>02 Effect of Euro on the economy</p> <p>03 Eurozone exit</p> <p>04 Other currency related topic</p> <p>05 Inflation (policy)</p> <p>06 Interest rate (policy)</p> <p>07 Taxes (policy)</p> <p>08 Financing the EU: National contributions (from member states)</p> <p>09 EU budget / finances / (incl. 3% rule, semester system)</p> <p>10 EU debts (incl. 3% rule, semester system)</p> <p>11 State budget / state finances / (non-EU)</p> <p>12 State debts (non-EU)</p> <p>13 EU economic policy: Stimulus package and safety umbrellas (bilateral credits, buying of state bonds, Eurobonds, EFSM, EFSF, ESM, SKS)</p> <p>14 Bank and financial sector regulation</p> <p>15 Banking Union</p> <p>16 EU Structural Fund (EU funds for underdeveloped regions/areas)</p>
----------------------------	--

	<p>17 EU competition policy (incl. investigations into state aid, mergers, take-overs, fixed prices, carving up of markets)</p> <p>18 Competition policy non-EU (incl. investigations into state aid, mergers, take-overs, fixed prices, carving up of markets)</p> <p>19 Government Ownership, nationalisation in general (land, banks, etc.)</p> <p>20 Privatisation (of government owned business or industry)</p> <p>21 Protectionism (e.g. methods to protect national markets, economic growth)</p> <p>22 Government intervention/control over the economy (prices, wages, rents)</p> <p>23 Economic Planning (of long-term economic planning, e.g. Greece)</p> <p>24 Free movement of people within the EU (common market: including the Schengen agreement)</p> <p>25 Free movement of goods, capital and services within the EU (common market)</p> <p>26 EU trade policy (e.g. EU tariffs and import quotas towards non-member states)</p> <p>27 Trade policy non-EU</p> <p>28 Effects of financial crisis on domestic/ EU/ global economy (e.g. competitiveness, demand and supply, consumption, business climate)</p>
--	--



	<p>29 State of the EU economy, current situation and outlook, growth, shrinkage</p> <p>30 Stock market and its developments (shares, bonds, AEX, DAX, Dow Jones etc.)</p> <p>31 Business (companies, banks, industry, mergers, manufacturing, bankruptcy)</p> <p>32 Other economic topics</p>
<b>TOPIC02 Social and labor market policy</b>	<p>01 EU employment policy</p> <p>02 Employment policy (non-EU)</p> <p>03 Labour market regulations (e.g. working hours, wage policy; unemployment insurance, unemployment regulation)</p> <p>04 Health care (policy)</p> <p>05 Retirement and pensions (policy)</p> <p>06 Social housing (including poverty, social assistance) (policy)</p> <p>07 Youth (policy)</p> <p>08 Family policy (e.g. childcare, parental leave)</p> <p>09 Other social and labor market topics</p>
TOPIC03 Education and research	<p>01 EU education policy</p> <p>02 Education policy (non-EU)</p> <p>03 Science and research policy</p> <p>04 Other education and research topics</p>
TOPIC04 Law and order	<p>01 EU police collaboration</p> <p>02 Crime prevention policy</p> <p>03 Fight against terrorism</p>

	<p>04 Intelligence service</p> <p>05 Data and personal information security</p> <p>06 Courts, trials, court decisions</p> <p>07 Crime (robbery, mugging, killing)</p> <p>08 Other law and order topics</p>
TOPIC05 Immigration	<p>01 EU immigration policy - regulating immigration from outside the EU (e.g. refugees, asylum, EU border protection)</p> <p>02 Immigration policy (non-EU) - regulating immigration from outside the EU</p> <p>03 Migration / immigration policy – regulating migration within the EU (e.g. labour migration from Eastern European countries or Southern European countries to the Northern member states)</p> <p>04 Immigrant integration</p> <p>05 Multiculturalism (cultural diversity, cultural plurality)</p> <p>06 Anti-Islam</p> <p>07 Other immigration topics</p>
TOPIC06 International Affairs	<p>01 EU foreign affairs regarding Crimean Crisis (incl. conflicts in eastern Ukraine)</p> <p>02 Foreign affairs regarding Crimean Crisis (non-EU)</p> <p>03 EU foreign affairs general (e.g. EU-China, EU-Russia, EU-US relations, European neighbourhood policy)</p>

	<p>04 Foreign affairs general (non-EU; e.g. relations Germany-US, UK's role in the UN; relations between states or (international) political organizations)</p> <p>05 EU defence / peace-keeping / EU security</p> <p>06 Defence / peace-keeping / national security (non-EU; e.g. France sending troops to peacekeeping mission in Africa)</p> <p>07 Armed forces (modernization, structure, expenditure, military strength)</p> <p>08 Military cooperations / treaties / obligations (e.g. membership, obligations, NATO)</p> <p>09 Other international affairs topic</p>
<p>TOPIC07 Culture and Other</p>	<p>01 EU cultural and media / communication (policy) (arts, films/movies, theatre, music, media)</p> <p>02 Cultural and media / communication (policy) (non-EU) (e.g. subsidies for theatre's, movies, music etc.; the export of own culture, language etc.)</p> <p>03 Human interest (soft news: about prominent persons, celebrities, anniversaries, weddings, animals, strange/funny events, etc.)</p> <p>04 Religion</p> <p>05 Sports weather report/ forecast 06 (Natural) disasters (earthquakes, floods)</p> <p>07 Accidents</p> <p>08 Other culture and soft news topics</p>

<p>TOPIC08 Environment and Energy</p>	<p>01 Climate policy</p> <p>02 EU Energy policy – supply safety (e.g. securing energy supply, EU contracts with Gazprom and other suppliers)</p> <p>03 Energy policy – supply safety (non-EU)</p> <p>04 Energy policy – renewable energies (e.g. wind, solar, water)</p> <p>05 Energy policy – fossil energies (e.g. fracking)</p> <p>06 Energy policy – nuclear energy</p> <p>07 Other EU environmental and energy topics</p> <p>08 Other non-EU environmental and energy topics</p>
<p>TOPIC09 Infrastructure</p>	<p>01 EU transportation policy</p> <p>02 Transportation policy (non-EU)</p> <p>03 ICT policy (e.g. communication infrastructure)</p> <p>04 Energy grid</p> <p>05 Other technology and infrastructure topics</p>
<p>TOPIC10 Agriculture and Food</p>	<p>01 EU agricultural policy (e.g. subsidies for farmers, food safety, genetically modified food)</p> <p>02 Agricultural policy (non-EU)</p> <p>03 EU maritime affairs and fishery policy</p> <p>04 Maritime affairs and fishery policy (non-EU)</p> <p>05 Food safety</p> <p>06 Food and public health</p> <p>07 Other agriculture and food topics</p>

TOPIC11 Consumer protection	01 EU consumer protection policy 02 Other consumer protection topic
TOPIC12 Citizens' rights	01 Female rights and equality 03 Abortion 04 Immigrant rights 05 Minority rights (e.g. handicapped, gay marriage, children, elderly) 06 Private property and copyright rights 07 Other citizens' rights topics (e.g. Human rights in general, civil liberties, equality before law)
TOPIC13 Constitutional questions and functioning of EU	01 Division of power between political institutions (e.g. between Parliament and Government, between the Council and the European Parliament, separation of church and state) 02 Division of power between political levels (e.g. delegation and transference of decision-making power between Brussels and the national level; between regional and national levels; federalism, regional autonomy AND devolution; subsidiarity) 03 EU's democratic deficit (e.g. distance or 'gap' between the EU and its citizens or the responsiveness of the EU towards its citizens, citizens feeling not represented or understood

	by the EU) 04 Division of power between the people and the political system (e.g. democracy, referendums, sovereignty of the people); non-EU 05 Other rules of decision-making (e.g. qualified majority voting, EU treaties, right to veto, other treaty reforms) 06 Competences of the European Parliament (power, legislative procedures) 07 Competences of the European Commission (Powers of the European Commission) 08 Competences of the European Council/Council of Ministers (Powers of the European Council/Council of Ministers) 09 Competences of the European Court of Justice (references to the powers of the European Court of Justice) 10 European Central Bank functioning and power 11 Power and position of the EU presidency of member state 12 Power and position European Council President/Presidency (Rompu position) 13 Power and position European Commission President/Presidency (Barroso position)
--	--

	<p>14 Power and position external affairs (Ashton position)</p> <p>15 Power and position Eurogroup leader (Dijsselbloem)</p> <p>16 Other EU polity / constitutional topic</p> <p>17 EU integration (new code)</p>
<p>TOPIC14 Territorial questions</p>	<p>01 EU-Membership (existing) (e.g. British referendum on EU membership)</p> <p>02 Enlargement (negotiations, criteria, pros and cons) of EU</p> <p>03 Potential EU membership Turkey</p> <p>04 Potential EU membership other (e.g. enlargement of EU with Croatia, Iceland, Macedonia, Bosnia-Herzegovina, Montenegro, Serbia, Kosovo)</p> <p>05 Other territorial questions topics</p>
<p>TOPIC15 Administration and bureaucracy (corruption)</p>	<p>01 Executive and administrative efficiency</p> <p>02 EU political corruption, fraud, scandals EU-level politicians or institutions, including regulations and anti-corruption measures (not abuse of EU funds by memberstates)</p> <p>03 Political corruption non-EU: Fraud, scandals of non-EU (e.g. national, supranational) politicians or institutions, including regulations and anti-corruption measures</p> <p>04 Other administration and bureaucracy topics</p>

<p>TOPIC16 Elections</p>	<p>01 European Elections: Candidates, politicians, parties; their images and strategic positions, personality, candidate MEP's personal character, background, leadership qualities</p> <p>02 European Elections: Electioneering, campaigning (strategy, style, finance, fundraising, events, media appearances, endorsements, targeting of electoral groups, political marketing, publicity, advertising)</p> <p>03 Media coverage of the campaign</p> <p>04 European elections: Voters, public opinion, polls, (anticipated) electoral success</p> <p>05 European Election: Voter turnout (e.g. expectations)</p> <p>06 European Elections: List of party positions on issues (a "manifesto story")</p> <p>07 European Elections: Voting procedures (e.g. electronic voting machines, foreign votes)</p> <p>08 European Elections: Election laws, rules, regulations</p> <p>09 European Elections: (Formal, public) debates (as an event) between parties, politicians</p> <p>10 Political consequences of EP election outcome (e.g. for national-level politicians, parties, power in the)</p>
------------------------------	---

	<p>11 EU policy profile of national political parties (e.g. party manifesto on EU integration issues) (only in context of EU elections)</p> <p>12 Political party groups/alliances in European Parliament (e.g. political party group profile, internal affairs, conflict, organization, internal elections)</p> <p>13 Vote advice for European Elections</p> <p>14 Other EP election-related topics</p> <p>15 Other National, regional, local elections in EU Countries</p> <p>16 Other National elections in non-EU Countries</p>
	1700 Other topics

